



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

ATA N.º 08/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, na Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes, sita na avenida Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Eleição do Presidente de Junta em representação das freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Almada e suplente;

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2022 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Pedido de prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para o Município no domínio da Ação Social”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações das Senhoras Deputadas Municipais Marta Cortez dos Santos (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU) e Inês Pezarat Correia Bom (BE), informando da impossibilidade de estarem presentes, solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS), António Paulo Júnior (CDU) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia que a Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira não pode estar presente sendo substituída pelo Senhor Vereador Tiago David Costa Galveia e da Senhora Vereadora Joana Mortágua sendo substituída pelo Senhor Vereador Jefferson Oliveira.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos não se tendo registado nenhuma inscrição.

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 relativo à “Eleição do Presidente de Junta em representação das freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Almada e suplente”;

6.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

6.1.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No Período da Ordem do Dia, o 1º ponto é a eleição do Presidente de Junta em representação das Freguesias do Concelho, no Conselho Municipal de Educação de Almada e respetivo Suplente.

Para o efeito neste momento temos apenas uma candidatura, uma candidatura que tem como elemento Efetivo a Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria Assis Lopes de Almeida, e como candidato Suplente Luís Filipe Palma, Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó.”

“6.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação da respetiva proposta por voto secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: 33 votos na Lista A e 5 votos em branco, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada ao abrigo da alínea d), do nº 1, do artigo 57º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, elegeu o Presidente de Junta da União de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas como representante efetivo e o Presidente da Junta da União de freguesias de Laranjeiro e Feijó como representante suplente para o Conselho Municipal de Educação:

Representante Efetivo: Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas

Senhora Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida

Representante Suplente: Presidente da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó

Senhor Luís Filipe Almeida Palma

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 relativo à “Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

6.2.1 – Para apresentar a Informação Acerca da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A apreciação da Informação da Atividade Municipal em Assembleia Municipal, demonstra ser um ponto fundamental para o funcionamento da democracia através do rigor, da transparência e da proximidade que é exigida ao Poder Local. Como é sabido esta primeira Informação é por um período relativamente curto dezembro e janeiro, entre o debate do orçamento e a informação final do ano anterior que funciona como balanço de ano e de mandato. É por isso natural que muitas, algumas das iniciativas sejam já do conhecimento dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, mas importa sobretudo salientar as iniciativas e obras que, entretanto, foram concluídas. E assim como as atividades que decorreram nestes dois meses.

Nos mandatos deste executivo, temos vindo a demonstrar que somos de promessas feitas e cumpridas, sempre com contas certas. Resultado disso, é que de acordo com o Anuário Financeiro anunciado no final de dezembro, Almada foi eleita como o 6º Município com maior eficiência a nível financeiro, tendo aumentado simultaneamente o seu investimento.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

Haverá sempre aqueles que naturalmente insistem em negar o óbvio, que a obra afinal não está na rua, mas a verdade é aquela que os almadenses nos transmitem todos os dias e que este resultado, não só nos orgulha, mas também aumenta a nossa responsabilidade. Os almadenses voltaram a acreditar no Poder Autárquico, voltaram a sonhar o seu território, o que os torna naturalmente mais exigentes. E por isso, toda a equipa de Vereação, seja com projetos de continuidade, sejam os recém-chegados, continuam igualmente mobilizados, não perdendo o sentido da urgência na ação e na concretização que se impõe e que os almadenses merecem. É certo que gostaríamos de apresentar uma atividade municipal já sem resquícios de pandemia, mas tendo em conta o período em análise, de dezembro a janeiro, é impossível dissociarmo-nos do trabalho e do apoio realizado também nesta altura, pela Autarquia no combate à pandemia de COVID 19.

O apoio económico social foi e continuará a ser sempre uma prioridade deste executivo. E é em momentos como este que estamos a viver, que temos de ter especial cuidado e dar ainda mais atenção aqueles que são mais vulneráveis. E por isso, para além dos apoios de urgência que conseguimos implementar, continuamos empenhados em criar novos apoios, para continuar a resolver os problemas que ainda afetam e possivelmente continuarão a afetar, não só toda a nossa sociedade, o nosso comércio, as nossas empresas e os nossos cidadãos.

A proteção dos almadenses foi sempre o foco principal deste executivo, era importante que ninguém ficasse para trás. E por isso, quando houve indicações para encerrarmos os centros de vacinação, recusamos fazê-lo, mantendo sempre dois centros a funcionar, fazendo com que estivessem sempre na proximidade da população.

Em dezembro, assim que os números da pandemia voltaram a subir, foi com a mesma rapidez na resposta que nos tem caracterizado, que abrimos um terceiro centro de vacinação do Município em Vale Figueira. Ainda em dezembro, abrimos também um centro de testagem à COVID 19, rápido e gratuito na Oficina da Cultura.

Em termos culturais, e estes meses são sobretudo dezembro, é muito forte a esse nível, estes foram também meses importantes. Até porque em alturas difíceis, é a cultura e são os artistas, que nos ajudam e dão esperança no amanhã. E por isso, apesar das dificuldades não quisemos deixar de celebrar de novo o Natal, com o brilho e a alegria que tem caracterizado o programa “Feliz Almada”. Além dos concertos com artistas portugueses como Ana Moura, Rui Veloso, os Quatro e Meia, Dillaz, Tiago Nacarato e IRMA, também as nossas Bandas Filarmónicas, os Grupos Corais e as Tunas, animaram o centro de Almada. Ouviram-se gargalhadas com o humor de Luana Do Bem, Manuel Cardoso e Miguel Luz, e o premiado é ilusionista Helder Guimarães, encantou o público com os seus truques de magia. Já os mais novos puderam assistir a espetáculos infantis com marionetas e sombras, um pouco por todo o Concelho, como “O Pinheirinho do Natal”, ou “Loja de Sonhos de Natal” em Almada e na Sobreda. Também ficaram marcadas estas celebrações pela atuação do Circo Zanni, que encantou toda a família.

Naturalmente, tivemos também o nosso tradicional “Mercado de Natal Amigo da Terra”, como a seleção de dezenas de artistas artesãos e criadores, para os almadenses e visitantes, fazerem as suas compras e descobrir, ou redescobrir, ou reafirmar, como contribuir para uma quadra mais sustentável e solidária.

Durante quinze dias a pista de gelo e o carrossel, assim como a visita à “Casa do Pai Natal” fizeram as delícias de pequenos e graúdos no Largo Gabriel Pedro em Almada. Foi aliás, uma das nossas preocupações, foi alargar o espaço das celebrações.

Só na programação de espetáculos do “Feliz Almada”, contabilizamos cerca de vinte mil espetadores sem esquecer naturalmente, a restante atividade cultural do Município. E o Concerto de Ano Novo, também ficou na memória de todos nós e penso que a todos encantou.

Mas nestes dois meses queremos também destacar o fim de um programa que foi essencial para combater as consequências da pandemia. Falo do programa “Dinamizar” para o apoio ao comércio local. Estava previsto ter apenas uma edição, mas dada a importância e o número de apoios dados, criamos uma 2ª edição o “Dinamizar +” com regras mais regras mais abrangentes que terminou em dezembro. No total foram apoiadas cerca de trezentas pequenas e médias empresas o que corresponde a um valor acumulado superior a 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros). Importa lembrar que tínhamos previsto mais apoio chegamos a cabimentar na ordem de 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros), ainda há poucas semanas atribuímos os últimos apoios conforme os pedidos que nos chegaram.

E quando falamos dos mais vulneráveis não nos podemos esquecer de pessoas em situação de sem abrigo. Em janeiro reforçamos e assinamos o protocolo formal do projeto Housing First, no qual a Autarquia cedeu sete



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

salas de condomínio no Monte de Caparica como resposta de integração habitacional. É um passo muito importante esta primeira assinatura e por fim, haverá verdadeiramente um programa de integração das pessoas em situação de sem abrigo.

No que à política municipal de habitação diz respeito, finalizamos as duas primeiras grandes empreitadas de reabilitação integral de edifícios de habitação social, mais, continuando todas as obras de pequenas manutenções essenciais. Foi num ano, um investimento total de cerca de 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros). Mas esta é das matérias onde nunca nos podemos dar por satisfeitos tal são as carências em Almada e que exige um esforço constante. Por isso, anteontem mesmo, em reunião de Câmara, foi aprovado o lançamento do projeto de concessão para elaboração dos projetos de noventa e cinco fogos de habitação a custos controlados.

E uma vez que falamos de requalificação, posso anunciar a conclusão da remoção da cobertura de fibrocimento com amianto, de todas as quinze escolas que estavam incluídas no projeto. Neste momento, encontram-se em fase de conclusão mesmo, o trabalho de colocação de novas coberturas, ou seja, o amianto já foi retirado e, portanto, estamos a finalizar as nove coberturas nas últimas quatro escolas do total das quinze. Sendo elas a Francisco Simões, a António Gedeão, a Alembança e a António da Costa. Muitos consideravam não ser possível cumprir os curtíssimos prazos estabelecidos, mas graças à dedicação de todos os serviços municipais envolvidos, da educação às obras, naturalmente conseguimos superar todos as dificuldades e constrangimentos. E hoje por fim, dizer que nas nossas escolas não haverá mais fibrocimento com amianto, para bem de toda a nossa comunidade educativa pessoal docente e não docente, e naturalmente, as nossas crianças.

Relativamente às grandes e importantes empreitadas do Município, as obras da Estrada Florestal continuam em execução e posso desde já avançar que também já aprovados os planos de segurança e saúde para as obras da Avenida do Mar, e das acessibilidades à Costa da Caparica, o troço final da IC20, que também já foram aprovados em reunião de Câmara, o que significa que a obra já arranca também.

Permitam-me que partilhe convosco a particular alegria com que vimos o atelier do Arquiteto Bac Bordón vencer o concurso público de concessão, para a elaboração do projeto do novo Complexo Municipal de Almada, no centro de serviços municipais na antiga sede da EDP, onde há um edifício de outro grande senhor da arquitetura, falo naturalmente, de Keil do Amaral.

O projeto pretende segundo Bac Bordón, e eu permiti-me roubar as suas palavras de tal maneira as considere ajustadas, implementar três princípios urbanisticamente estruturantes, o de reabilitar o interior de quarteirões, essa espécie de cidade dentro da cidade, acrescentando áreas públicas de atravessamento e estadia, o de revalorizar a arquitetura e as construções modernas, no caso o edifício do Arquiteto Keil do Amaral, e assim dar mais um passo em relação ao futuro, ao revelar a consciência de que o património que devemos reabilitar, é também aquele que foi construído ainda no nosso tempo. Fazendo-nos olhar para a cidade com um olhar criterioso e educado.

Finalmente, aquele que julgamos ser o mais importante de todos os princípios, o de assumir que as transformações do lugar público, particularmente as que reforçam a ideia da democracia, onde se instalam os serviços que servem os cidadãos, devem ser exemplares, construtores de cidade e cidadania e convocarem a participação de todos num gesto de absoluta confluência.

Penso que por estas palavras se percebe a inteligência com que o Arquiteto decidiu assumir este projeto.

Na área do desporto, após praticamente dois anos sem grandes competições, foi naturalmente com enorme alegria que fomos acolhidos para receber o Grand Prix de Judo, competição que aconteceu pela primeira vez em Portugal. Dada a importância deste evento que se assume como uma das provas mais importantes do Circuito Mundial de Judo, a Autarquia naturalmente, não podia esquecer os seus atletas e homenageou mais uma vez, é verdade, mas ela continua a merecer, a nossa querida Telma Monteiro. Uma grande Atleta das atletas mais premiadas que Portugal tem e que eleva naturalmente o nome de Almada em Portugal e no mundo. Na pessoa da Telma, também lembramos todos os outros grandes atletas, de outros desportos, os seus treinadores e mestres, assim como os clubes que incansavelmente promovem a prática desportiva e desporto de competição.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, permitam-me que termine não tanto com a questão da atividade parlamentar, mas partilhando uma atividade municipal, mas partilhando uma preocupação, um tema que a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

todos nós tem preocupado cada vez mais, não estamos a falar da situação geopolítica, mas sim da seca em Portugal.

De acordo com um estudo realizado pelo IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, e que foi divulgado esta segunda-feira, mais de 90% do território nacional, encontra-se em seca severa ou extrema. No nosso Município, temos ao longo dos anos e já o implementamos, temos a constante preocupação da poupança de água. E por isso, estamos a implementar diversas estratégias no combate a este flagelo, nomeadamente, a desativação das regas automáticas em todo o Município, quando necessária realizamos regas manual e localizada. Temos também implementado um sistema de telegestão para um controlo mais centralizado do sistema de rega, sendo o Parque Urbano de Almada o primeiro do Município com este sistema. Sem esquecer que privilegiamos a introdução de espécies autóctones e da flora mediterrânea, que estão mais adaptadas ao nosso clima e aos nossos solos, nas muitas plantações que temos feito ao longo dos quatro anos e continuamos a fazer.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, o nosso executivo assim como os trabalhadores dos nossos serviços, a quem aproveito sempre estas ocasiões para agradecer todo o trabalho que têm feito para continuarmos a construir um Município com melhor qualidade de vida, sempre em prole dos Municípios. Almada pelas suas características, a sua localização, a sua diversidade, tem todas as condições para ser a cidade do futuro, aquela que concilia desenvolvimento e proteção da natureza, trabalho e lazer, inovação e preservação do património, educação, desporto e cultura, modernidade e combate às desigualdades. Ou seja, modernidade não é incompatível com solidariedade.

Cabe a cada um de nós, manter sempre viva esta energia que nos caracteriza, preservando defendendo, mas também reinventando.

Manter abertas as portas que Abril abriu, citando Ary dos Santos, é ser intransigente na luta pela igualdade, na luta contra os obscurantismos, todos os obscurantismos e na luta contra aqueles que se alimentam do ódio, do rancor e do medo.

Mas é também saber manter a esperança, o sonho e a alegria. Como lembrava António Gedeão, pois o sonho e a alegria, se me permitem, devemos fazer dela uma constante da vida, concreta e definida que pula e avança como uma bola colorida nas mãos de uma criança. Com esperança, com alegria e com força.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Paulos (PAN), Luís Palma (CDU), José Rocha (BE), Maria Rita Magalhães (CDU), Beatriz Leal (PSD), Pedro Pereira (PS), António Salgueiro (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

6.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à Atividade Municipal no que diz respeito à área do bem-estar animal, continuamos a verificar um número de esterilizações bastante reduzido, oitenta e duas em dois meses, o que leva a que animais errantes continuem a aumentar. Também o número de adoções continua bastante aquém do desejado, assim como o número de vistorias, o que nos preocupa bastante. Falamos de quatro vistorias em dois meses, sendo que as denúncias e os pedidos de vistoria são elevados. O PAN desde o início do ano efetuou mais de vinte denúncias sobre situações de alegados maus tratos ou negligência, sendo que hoje por exemplo encaminhei mais duas denúncias, na Costa da Caparica e na Sobreda, um gato acorrentado, um pitbull acorrentado a um poste no meio da rua, isto não se passa em bairros degradados como muitas pessoas tendem a pensar, isto passa-se por todo o Concelho.

Reconhecemos também o esforço que tem vindo a ser feito e é preciso também ser dito, para que os serviços tenham melhor funcionamento, assim como maior articulação. Salientamos também a abertura aos pedidos de reunião e informação que nos têm sido dados. Ainda assim, apesar de compreendermos que ainda existe um tempo necessário para esta adaptação e melhoria, já se passaram cinco meses desde que este executivo tomou posse, e muitos dos problemas que identificamos nos últimos quatro anos continuam por resolver, assim como as denúncias que fizemos chegar continuam também por responder.

Gostaria de não ser repetitiva, e de poder falar sobre outros assuntos, mas enquanto esta situação se mantiver continuarei a falar dela.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostaríamos ainda de questionar o executivo acerca do cheque veterinário e que passos já foram dados para a sua implementação, ferramenta importantíssima para pessoas carenciadas com animais, possam aceder a cuidados veterinários, assim como o Regulamento do Cuidador. Apesar de já termos tido a oportunidade de falar sobre os mesmos, seria importante um esclarecimento geral à população e o mesmo se aplica ao novo Centro de Bem-Estar Animal, e à questão das matilhas.

Ainda entro desta temática, também gostaria de referir que existia uma intervenção na zona da Romeira que se iniciou em 2019, onde existem colónias de gatos assinalizadas, na altura as cuidadoras solicitaram que fossem colocados sinais para avisar da existência de gatos, assim como lombas rodoviárias em alguns locais e foram de facto colocados. No entanto, sabemos que os atropelamentos de animais de colónias são muito frequentes, uma vez que o limite de velocidade não é respeitado.

Nesse sentido, questiono se não é possível reforçar a segurança rodoviária naquele local em articulação com cuidadoras e moradores nomeadamente, com o reforço de sinalização de lombas e semáforos.

Obviamente que este problema não é exclusivo da Romeira, passa-se um pouco por todo o Concelho e nesse sentido é preciso que exista um maior esforço na implementação de métodos de redução da velocidade nas zonas mais críticas do Concelho.

No que diz respeito ao ambiente, é dito no documento que com a proibição do uso de herbicida à base de glifosato pela Câmara Municipal desde o dia 1 de janeiro de 2020, está em fase preparatória uma nova campanha para um novo herbicida sem nocividade para pessoas e animais. Ora, quando foi proposto o fim do uso de herbicida à base de glifosato, não foi obviamente com o intuito do Município ir à procura de um outro herbicida, mas sim com o propósito que o Município não utilize herbicidas para controlo de infestantes.

Também quando se refere que o mesmo é nocivo para pessoas e animais, parte do princípio que estejamos a falar de animais de estimação e ainda assim com grandes ressalvas, uma vez que os herbicidas matam inúmeros animais, em especial abelhas e outros insetos polinizadores. Gostaria ainda de saber o nome do herbicida utilizado.

Para terminar, há um outro assunto que gostaria de abordar que tem a ver com as casas que se encontram nas dunas da Nova Praia e da Praia da Saúde. Muitas destas casas têm sofrido alterações nos últimos anos, tendo aumentado a ocupação da área dunar, muito para além dos limites da volumetria da habitação original. E estamos a falar daquelas casinhas de madeira que se situam mesmo nas praias. Algumas destas casas originalmente em madeira já têm estruturas de tijolo e cimento em cima da duna, sabemos também que muitas destas casas estão agora a ser alugadas para turismo local, sendo mesmo publicitadas em sites de alojamento com descrições como casas localizadas em duna primária e com preços diários a rondar os 300.00€ (trezentos euros). Ao consultar o POC-ACE – Programa da orla Costeira Alcobça – Cabo Espichel, vimos que mesmo identifica estas estruturas como sendo estruturas a demolir e o que vemos é que não só continuam a existir como até foram melhoradas, aumentadas e agora servem de alojamento local. Tudo em cima da duna primária com os prejuízos que daí advém para a regeneração daquele ecossistema.

Nesse sentido questiono se a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e o que irá ser feito ou se já foi feito a respeito.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Informação da Atividade Municipal, a CDU coloca aqui algumas questões.

São conhecidos os problemas que existem a nível da habitação no nosso Concelho, quer em Áreas Urbanas de Génese Ilegal, quer também a nível dos núcleos habitacionais da qual a Câmara Municipal é proprietária e faz a gestão destes edifícios. Há nesta Freguesia em particular, situações de prédios sem portas, falta de iluminação, elevadores que não têm qualquer manutenção, para além das condições de insalubridade degradantes das centenas de pessoas que aqui residem, e a pergunta que nós colocamos é no quadro da Estratégia Local de Habitação e também na linha de financiamento do 1º Direito, pedimos aqui algumas informações, se estas áreas que referimos, não só nesta Freguesia mas também ao nível do Concelho, quais são as áreas de intervenção e qual é o plano que a Câmara Municipal tem para os próximos anos de forma a poder dar condições de dignidade a centenas de habitantes do nosso Concelho, que necessitam de facto, de melhores condições de habitação, para tenham uma vida mais digna.”



6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Analisando este documento, este Plano de Atividade Municipal que hoje nos é apresentado nesta Assembleia Municipal e aliás, à semelhança do que vem sendo habitual em anteriores sessões, quando debatemos a Informação sobre a Atividade Municipal, ficamos sempre com algumas dúvidas sobre muitas das rubricas elencadas, e pedimos legitimamente a quem governam esta autarquia, que nos esclareçam de forma... não direi de forma a dissipar todas as dúvidas, porque entendemos que em determinadas situações é muito complicado tentar explicar o que é inexplicável, mas de forma a que pelo menos, consigamos compreender o porquê destas diferenças e muitas delas substanciais.

É verdade que daqui a sensivelmente dois meses creio eu, grande parte das questões serão inevitavelmente colocadas aquando da discussão do Relatório de Contas e Gerência de 2021

Ainda assim, entendemos importante questionar o executivo sobre alguns pontos mencionados nesta Informação da Atividade Municipal.

1. Como nos explicam por exemplo, o facto de se ter arrecadado mais 37% em rendas ao longo de 2021? (e falamos, portanto, de mais de 200.000.00€ (duzentos mil euros)) foram as famílias a suportar este esforço? Resultou de cobrança de valores em dívida? É importante que, compreendamos e que sejamos esclarecidos em relação a isto.

2. Por que motivo as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos, ficaram mais de um milhão de euros abaixo do orçamentado? E é importante que nos explique Senhora Presidente, quais os projetos que estando originalmente previstos serem apoiados não o foram? Ou quais as instituições que ficaram prejudicadas?

3. Por que motivo os apoios destinados às famílias ficaram mais de 80.000.00€ (oitenta mil euros) abaixo do orçamentado? É importante perceber o que falhou, sobretudo num ano de imensas dificuldades para a maioria dos Almadenses e sobretudo, dos tecidos sociais mais frágeis?

4. Pelo que lemos ainda neste documento, ficaram cerca de 500.000.00€ (meio milhão de Euros) por investir em habitação, porque motivo? O que ficou por construir? Quantas famílias continuaram e continuam a viver em condições longe das desejáveis em Almada?

5. Como se explica o facto de ficarem cerca de 7.000.000.00€ (sete milhões) por investir em edifícios ao longo de 2021? Que edifícios poderiam ou deveriam ter sido construídos e não foram? Quais as valências que continuaram a ser deficitárias em 2021? E já agora, por que motivo, não fomos alertados para essas derrapagens ao longo dos últimos 12 meses?

6. De que forma se explica que em 2021, ano de extremas dificuldades para o país e para Almada, o executivo tenha decidido provisionar mais de 41.000.000.00€ (quarenta e um milhões)? O que é que isto nos diz? Bom, isto diz-nos que há dinheiro, que há dinheiro para habitação, para qualificação do espaço público, para promoção da mobilidade, para a cultura, para o apoio aos tecidos sociais mais frágeis, para um melhor ordenamento do território que não esteja além da especulação imobiliária, enfim, para uma Almada melhor. Veremos se existe vontade para investimento tão importante quanto necessário em áreas fundamentais para o povo de Almada.

São estas questões que aqui coloco e que gostaríamos de ser esclarecidos se a Senhora Presidente da Câmara assim o entender.”

6.2.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A obra a decorrer no Largo Alfredo Dinis Alex em Cacilhas, deveria ter sido concluído no passado dia 30 de janeiro, trezentos dias após a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, conforme estabelecido no contrato de empreitada. Acontece que como todos podemos testemunhar, encontra-se muito longe do seu termo. Os constrangimentos que se vivem no terreno são de vária ordem:

- Falta de passagens assinaladas para as centenas e centenas de utentes dos transportes públicos que ali passam diariamente, o que traduz um retrocesso nas condições em que a obra decorre, porque essas passagens para peões existiram no seu início.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deficiente iluminação, falta de segurança rodoviária, dificuldades para a indústria da restauração, que entre e outros problemas impossibilita o uso das esplanadas, dificuldades para os serviços de transporte rodoviário de passageiros e para os seus utentes, dificuldades para quem habita neste Largo, início da rua Cândido dos Reis, principalmente devido às poeiras e ruído.

Agravamento das dificuldades em termos de estacionamento para os habitantes desta zona da Freguesia.

Perante estes problemas o Grupo Municipal da CDU, recomenda à Câmara Municipal de Almada, que adote com urgência as necessárias medidas de segurança e proteção de quem ali passa todos os dias, peões e viaturas, medidas que foram implementadas no início da intervenção, mas que deixaram de ser verificadas no terreno.

Requer informação sobre a data prevista para o termo da obra.

O Grupo Municipal da CDU requer ainda, informação sobre as medidas que estão a ser articuladas com a empresa pública Transtejo, sobre o Terminal de Transporte Fluvial instalado naquele local da Freguesia de Cacilhas.”

6.2.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu coloco uma pergunta muito direta sobre o projeto de substituição de equipamentos de segurança de rede, descrito nos projetos a destacar na Atividade Municipal. O projeto incluiu a substituição de equipamentos e sistemas que protegem as redes municipais, o que não só vai reforçar a segurança das redes do Município, como vai criar melhores condições para o desenvolvimento do trabalho remoto. Permite aos funcionários em teletrabalho aceder às redes protegidas, mesmo que a distância e apesar do teletrabalho não ser obrigatório de momento, nós todos percebemos que veio para ficar e, portanto, o PSD saúda esta preocupação.

A nossa pergunta é sobre a parte da segurança nomeadamente, da Cibersegurança. É escusado alongarmo-nos sobre a pertinência deste tema nos tempos em que vivemos e é também inevitável assumir que estes sistemas de segurança, por muito robustos que sejam nunca serão impenetráveis.

Por isso, questionamos se a Câmara Municipal está preparada para liderar com um eventual ataque informático, se já existe um inventário do impacto que teria um ataque nos sistemas de informação municipais, se já existe um plano de resposta caso isto venha a acontecer, e se no caso de ocorrer um ataque informático, se os dados pessoais e sensíveis dos municípios estariam salvaguardados através de sistemas redundantes.”

6.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A bancada do Partido Socialista, agradece as palavras da Senhora Presidente, e refere ainda que, a requalificação do espaço público do Concelho de Almada, que é algo que para nós é muito importante, tem vindo a verificar-se ao longo destes anos. Portanto, no último mandato como no atual. E eu gostaria aqui de salientar por exemplo, o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, que vai ser agora um Escola Secundária, que vai ter mais doze salas de aulas, que vão beneficiar com este alargamento de trezentos e sessenta alunos e alunas, ou seja, a Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, que tinha só uma oferta de Secundário passa a ter duas Escolas com oferta de Secundário, e nós gostaríamos de perguntar à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se existe ainda a possibilidade de expansão de mais oferta de Ensino Secundário em Escolas existentes, porque esta forma que se adotou na Escola Carlos Gargaté, é uma formula que é prática, que é eficaz e que no nosso entender, pode ainda ser alargado noutra escola. E gostaríamos de saber se está no horizonte deste executivo essa ideia.

Outro melhoramento que está a acontecer neste momento, é o Jardim de Infância do Alto do Índio. Está em curso a requalificação, aliás, está praticamente finalizada a requalificação deste equipamento, que abrirá às



nossas crianças em breve, eu gostaria que a Senhora Presidente da Câmara nos elucidasse um pouco sobre esta obra, o que é que está a acontecer e o que é vai acontecer, e se há também mais obra neste sentido.

Outra requalificação que também está a acontecer e é bastante visível é a Estrada Florestal. Está em curso e é visível essa requalificação desde o Campo da Bola da Cidade da Costa da Caparica até à Freguesia da Charneca de Caparica, creio que será em concreto até ao Zimbral, um pouco a seguir aquele cruzamento que se chama Giramar. Nós gostávamos de saber em que pé é que está essa fantástica obra que está a ser realizada que de facto, está a trazer uma nova alma aquela parte do território e que nos parece importante. Gostaríamos de saber mais um pouco.

Uma outra requalificação que aconteceu e que queremos saber se será replicada ou se terá continuidade em replicação por todo o território ou em algumas partes do território, é aquela que aconteceu no parque de estacionamento no Laranjeiro, nas imediações da rua Borges do Rego, procedeu-se à requalificação daquele espaço que ficou prático, muito interessante, com boa sinalização, gostaríamos de saber se de facto, existe mais pensamento idêntico aquele que foi ali feito e replicado pelo território.

Por último e não menos importante, é a requalificação do Largo de Cacilhas que já aqui foi referido. O Largo de Cacilhas está a ficar diferente, as obras estão a bom ritmo, aquilo é uma zona sensível, compreendemos, e, portanto, tem ali as Salgas Romanas. O que é que vai acontecer no futuro próximo?

Gostaria por último Senhora Presidente da Câmara, agradecer o trabalho que tem feito desde o início deste mandato, porque o outro já lá foi e foi votado nas urnas e ao que parece correu bem, e muito obrigado.”

6.2.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dado o tempo disponível, vou tentar responder telegraficamente.

Relativamente à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, em relação ao Centro de Bem-Estar Animal, já reunimos com o Arquiteto vencedor do projeto, já estamos a fazer alterações, aguardamos agora, que chegue o projeto para depois mais tarde lançarmos a empreitada. Portanto, é um processo que está em bom curso.

Relativamente às esterilizações e adoções, eu não tenho neste momento um comparativo destes primeiros meses, mas terei todo o gosto em fazer-lhe chegar, e depois o Senhor Vereador Filipe Pacheco poderá dar-lhe mais algum detalhe. O Cheque Veterinário também está a ser trabalhado. O Regulamento dos Cuidadores é algo que eu gostaria que falássemos de forma mais abrangente, porque eu considero e isto já vem do mandato passado, os serviços já tinham feito aqui uma reflexão interna, mas acho que é importante que seja debatido de forma, não apenas na consulta pública, até na sua própria elaboração, antes que pudéssemos falar com as entidades, com as associações, e com os próprios de forma ainda mais alargada. Dar-lhe nota de que há uma versão que está pronta, há uma versão que foi feita e que está pronta e que deve ser agora demonstrada, debatida até antes de lançarmos a proposta.

Em relação à questão do herbicida. Devo dizer que sim, estivemos a fazer testes, é um herbicida biológico certificado, por não ter glifosato e que se chama Chikara. Não lhe sei dar aqui os resultados.

De qualquer maneira vamos ser francos, ou nós conseguimos encontrar uma solução, ou como sabe é um esforço imenso este território, para serviços por muito que nós contratemos pessoas para fazer o serviço, temos que ter a noção, as pessoas aprendem a viver com ervas no passeio, ou então temos aqui um problema e não se conseguem grandes progressos quando as pessoas entram em conflito. Portanto, estamos a tentar arranjar uma solução conciliadora.

Relativamente à questão da habitação, da Estratégia Local de Habitação, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, sabe bem, ainda aqui na rua ao lado nós estamos com todo um processo de reabilitação integral dos prédios da rua Luís Gomes, e temos naturalmente uma série de pequenas intervenções que vão surgindo também e estamos a responder muito às emergências, mas depois o Senhor Vereador Filipe Pacheco poderá melhor explicar.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, se bem se lembra, se há coisa que nós dissemos desde início, sobretudo nestes anos difíceis de 2020 e sobretudo 2021, nós tínhamos aprovisionado 5.000.000.00€ (cinco milhões de euros) para apoios sociais das mais diversas ordens. Ninguém que tivesse pedido apoio ficou sem esse apoio.

Ainda agora, falei do “Dinamizar +” e o que aconteceu foram coisas muito pragmáticas. Nós tínhamos cabimentado 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) só para o “Dinamizar”, tínhamos primeiro 1.000.000.00€ (um milhão de euros) e depois acrescentamos por 700.000.00€ (setecentos mil euros). Na última abertura chamada e nós temos vindo a chamar, mas é verdade que aquilo dizia respeito às contas de 2020, e voltamos a insistir, não tivemos a última remessa de apoios que podemos atribuir, acho que ascendia a 18.000.000.00€ (dezoito mil euros). Ou seja, naturalmente ficou essa verba que depois poderá ser utilizada para mais programas e esses programas que disse na minha intervenção que estamos a pensar. Mas tem que ser novos programas face a um novo contexto, porque eram apoios que estavam previstos para ser de emergência. Portanto, não, a Câmara não decidiu guardar dinheiro, não reteve apoios, a Câmara Municipal disponibilizou, dotou e pôs ao serviço e só no final do ano é que conseguimos perceber se nalguns casos esgotamos, noutros casos reforçamos como foi o caso “Dinamizar” é um bom exemplo, começou com 1.000.000.00€ (um milhão de euros), acabou com 1.700.000.00€ (um milhão e setecentos mil euros) e acabamos com uma execução de 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros). Portanto, há 500.000.00€ (quinhentos mil euros) que ficaram.

Portanto, eu acho que mais do que a questão das percentagens, nós temos que ter a absoluta consciência de que é uma coisa são percentagens, outra coisa são, montantes.

Relativamente à questão das instituições, e houve vários apoios, não sei nenhum em particular, mas nós tivemos no caso por exemplo, dos apoios excecionais às coletividades, nós inclusivamente apelamos várias vezes, e fomos alterando até regras, assim como criamos um apoio extraordinário para os clubes, mas quer dizer, só quando as instituições nos pedem é que nós podemos atribuir. Mas isso não significa, a dotação está lá, o dinheiro está lá, é verdade que todos os apoios têm que cumprir um mínimo e regras. Já debatemos isto suficientemente, não pode ser, “estou aflita em dinheiro”. Tem haver uma estrutura mínima. Mas relembro que era apoio para as rendas, para as despesas correntes, para os equipamentos, mais a medida extraordinária alimentar.

Portanto, a Câmara Municipal não decidiu aprovisionar 41.000.000.00€ (quarenta e um milhões de euros) Senhor Deputado Municipal, mas é certo, nós tínhamos um grande orçamento. Assim como em 2022 temos um grande orçamento e agora vamos fazer a revisão orçamental e o que é que nós temos feito? Ou introduzimos a totalidade, eu devo dizer que nós fomos os primeiros a introduzir a totalidade do Saldo de Gerência, o ano passado, todo, foi todo, não ficou nada em reserva. E, portanto, nós pusemos ao serviço todos os montantes. E depois há de facto obras, obras que se atrasam como é o caso de Cacilhas, houve de facto um atraso que se prende com um caso complexo, que se prende nomeadamente com relações, com redes, foi preciso mudar um PT, houve alterações que foram feitas na obra como há sempre em curso. Eu devo dizer que, o que está previsto é que a obra agora termine em junho, não têm mais pressa do que nós em terminar as obras, as medidas de segurança e as passagens têm de facto que ser garantidas, e mesmo assim, deixe-me que lhe diga, nós temos tido muita sorte com as nossas obras, porque não têm derrapado como outras obras noutros sítios. Isto não é dizer: “Os outros estão com mais dificuldade do que nós”. Por acaso temos tido sorte, não temos tido concursos vazios, neste momento está a ser mais difícil pelas razões que todos conhecem, pelo aumento dos preços, por falta de material, houve os empreiteiros e as obras têm imensa carência de material, tem havido de facto, grandes dificuldades e eu volto a dizer, já o disse aqui uma vez, quero dar um agradecimento também às empresas que têm trabalhado connosco através de concurso público, porque temos conseguido manter apear de tudo, um ritmo absolutamente aceitável, eu até diria normal de execução de obra num período particularmente difícil.”

6.2.2.8 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em três áreas, Bem-Estar animal, Habitação e Cibersegurança, penso que foram as áreas aqui perguntadas.



Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, Cheque Veterinário, como sabe e já lhe transmitimos, estamos a terminar o regulamento e o sistema que pretendemos implementar. Assim que tivermos uma proposta fechada discutiremos também com as associações e com todos os interessados.

Relativamente às esterilizações, um assunto muito importante e permita-me só fazer aqui esta nota, nestes meses aquilo que temos feito, é um levantamento da atual situação para perceber o problema. Aquilo que percebemos é que temos grosso modo, cerca de cinco mil animais a precisarem de esterilização. O que nós precisamos fazer é, num primeiro ano atacar o problema e ter duas mil e quinhentas esterilizações a serem feitas anualmente. Atualmente só estamos a fazer cerca de mil, isso é muito importante, mas isso significa que vamos ter que duplicar ou mais do que duplicar o esforço. Estamos já a fazer um plano com vários parceiros, temos estado a reunir com vários potenciais parceiros para nos ajudarem com isto, Senhora Deputada, também já lhe foi transmitido essa situação. Ou seja, primeiro, levantamento das necessidades para agora podermos atuar.

Relativamente também ao Regulamento dos Criadores Informais, ele está a ser preparado.

Relativamente ao Centro de Recolha Oficial, estamos em fase final de afinação do projeto para depois passarmos à fase de empreitada, temos feito também o novo DOC Parque do Canil só falta a vedação para ele estar pronto a ser utilizado.

Temos feito promoção de adoções muito importantes, só no ano de 2021, existiram nove adoções no ano todo, no ano de 2022, só este mês, já existiram onze, três adultos e oito bebés, e no total vinte adoções. Ou seja, só no nos primeiros meses de 2022, mais do que duplicamos o número de adoções relativamente ao ano anterior. Está a ser feito um trabalho muito importante ao nível dos serviços de veterinária, a nova Chefe de Divisão, dar-lhe também aqui um grande cumprimento e temos também preparada uma nova medida que diz respeito às famílias de acolhimento temporário. Muitas vezes quando recebemos animais, até haver uma família que os receba de forma permanente, nós precisamos de famílias de acolhimento temporário para estes animais e estamos a fazer, a estudar, temos um pequeno piloto com algumas famílias e que está a correr muito bem, e que pretendemos que seja uma medida implementada no nosso Concelho e generalizada.

Cibersegurança e habitação.

Cibersegurança. Se estamos seguros? Ninguém está. Ou seja, aquilo que é a nossa capacidade de resposta ninguém está preparado, a capacidade de preparação mete-se pela capacidade de resposta quando existe um ataque. Nós hoje vemos por todo o mundo, até as principais multinacionais são atacadas, Jornais, etc. Nessa matéria deixou-me muito descansado quando foi o ataque ao Expresso, perceber que assim que entramos pedimos uma análise, descansado, uma perspetiva do trabalho que estamos a fazer, porque assim que começou este mandato, nós pedimos a lá entidade externa, que pudesse preparar um caderno de encargos para ser feita uma análise de segurança a toda a rede informática da Câmara Municipal, uma empresa externa, mas dizer também uma coisa que é: a nossa rede interna da Câmara Municipal é gerida totalmente pela Câmara, não é assim em muitas das Câmaras Municipais e nessa medida temos aqui uma capacidade de domínio da nossa rede bastante superior aquela que existe noutros Municípios. Isso é muito importante até aqui no contexto do Distrito de Setúbal.

Depois relativamente à habitação e à Estratégia Local de Habitação, passarei à frente daquilo que nós temos também comunicado nas várias reuniões de Câmara, que têm sido feito nomeadamente, os noventa e cinco fogos, há décadas que não se construía uma habitação municipal no Concelho, foi a reunião de Câmara, os primeiro noventa e cinco fogos que serão construídos, só aqui na Freguesia de Laranjeiro e Feijó e dando também cumprimento aquilo que é a Estratégia Local de Habitação e já que foi perguntado concretamente aqui nesta Freguesia, como Senhor Deputado Municipal muito bem sabe, temos já a reabilitação aqui na rua, ao lado da rua Ruy Luís Gomes, os dois primeiros edifícios integralmente reabilitados no âmbito do 1º Direito e que pretendemos, já fizemos essa candidatura no âmbito do PRR, para que essa reabilitação seja integralmente financiada no âmbito do PRR. Também já foi a reunião de Câmara mais cinco edifícios de reabilitação integral também aqui na rua Ruy Luís Gomes, e estamos a fazer um plano, aliás, isto não consigo explica-lo todo aqui demoraria muito mais tempo, com todo o plano, com toda a linha cronológica das intervenções que vamos fazendo tanto no âmbito da habitação, com no âmbito de nova construção de habitação municipal, seja no âmbito do 1º Direito, seja no âmbito do PRR.

Para terminar sobre a atualização de rendas, há quase uma década que a Câmara Municipal de Almada não fazia atualização de rendas. É importante lembrar uma coisa, é que as rendas municipais, são uma função,



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

são função daquilo que é o rendimento de quem paga a renda. E quando falamos de atualização, podemos ter um erro de raciocínio de pensar que a atualização é só para subir, não a atualização é para atualizar, seja para subir seja para descer. Como a renda é função daquilo que é o rendimento do agregado, ela pode subir ou pode descer. Quanto mais célere for a atualização, mais justa é a renda e isso é um favor que nós fazemos às famílias.”

6.2.2.9 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal e que se encontra em apreciação, gostaria de destacar algumas ações desenvolvidas nas áreas dos pelouros atribuídos ao PSD durante os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

No que respeita ao Plano Municipal de Arborização, continua em desenvolvimento a aplicação móvel para Inventariação do Arvoredo Urbano e mantém-se o levantamento do arvoredo na Freguesia de Cacilhas complementando o inventário realizado pelo Instituto Superior de Agronomia.

Encontra-se praticamente em fase final de análise a proposta de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, tendo em vista a sua conclusão e preparação para consulta interna.

Realizou-se o acompanhamento do Controlo de Pragas em árvores, com especial destaque na Lagarta Processionária do Pinheiro.

Iniciou-se o estudo para a Proposta de Arborização das Avenidas Dr. Aresta Branco e D. Sebastião, na Costa da Caparica.

Concluiu-se a Proposta de Reformulação da Av. Fernando Namora, na Charneca de Caparica, aguardando-se a programação da execução da empreitada.

Está também em fase de conclusão o Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista de Requalificação do Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada.

Acompanhou-se a obra de execução do Parque Urbano de Vila Nova de Caparica, um novo espaço verde com cerca de 4.500 m² e que tem como previsão de conclusão a data de 15 de março.

Encontra-se também em fase de conclusão a empreitada de beneficiação da iluminação do Parque Comandante Júlio Ferraz, e concluiu-se também a requalificação do Parque Comandante Ramiro Correia, em Almada.

Terminou-se igualmente a requalificação dos espaços exteriores do CMIA, na Costa da Caparica, com a plantação de 35 novas árvores e 800 arbustos.

Encontra-se em fase de análise o procedimento concursal por lotes para conservação dos Espaços Verdes, Parques Urbanos e Cemitérios.

Encontra-se em fase de conceção de ideias o futuro Parque Urbano de Vale Flores, no Feijó, bem como o estudo prévio do Parque Urbano dos Porfírios, na Sobreda, e da Mata de Vale Bem, na Charneca de Caparica.

Está em fase de conclusão a obra de requalificação do Remate Norte do Parque da Paz, que garante uma nova entrada no parque, um novo parque de estacionamento e um no parque para cães com cerca de 5.000 m².

Encontra-se também em preparação o projeto para apresentação de candidatura a rearborização de espaços verdes e a criação de ilhas-sombra em meio urbano.

No que respeita aos Parques Infantis, foi concluída a proposta de requalificação do Parque Infantil da Ramalha, na Cova da Piedade, aguarda-se a adjudicação da obra do novo Parque Infantil na Herdade da Aroeira, na Charneca de Caparica, está em fase de conclusão a empreitada de execução do Parque Infantil do Fróis, no Monte de Caparica, e também a do Parque Infantil dos Caranguejais, na Cova da Piedade, esperando também pela obra do novo Parque Infantil no Parque Urbano da Vila Nova de Caparica.

Foram também concluídos os trabalhos de manutenção corretiva nos parques infantis do Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada, Parque Multiusos, na Sobreda, e do parque juvenil do Parque de Santo António, na Costa da Caparica.

No que respeita ao Serviço Cemiterial procedeu-se à fiscalização, acompanhamento e manutenção dos serviços de conservação dos espaços verdes e desenvolveu-se o estudo para ocupação do talhão norte com novas soluções de covais e sala de despedida no cemitério de Vale Flores. Realizaram-se ainda os trabalhos de



manutenção, reparação e limpeza do forno crematório bem como a preparação do estudo para beneficiação da Sala de Despedida do Crematório.

No que respeita ao setor do Turismo, realizou-se no Posto de Turismo de Cacilhas a Mostra de Presépios por iniciativa da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e com a colaboração da Divisão de Turismo.

Organizou-se a exposição “Mulheres Pescadoras” em conjunto com a Divisão de Museus e que se encontra patente no Posto de Turismo da Costa da Caparica até 30 de março.

Deram-se início aos trabalhos de preparação para a participação da Câmara de Almada na 32ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa que irá decorrer entre 16 e 20 de março na FIL no Parque das Nações.

Foi atualizada a base de conteúdos e carregamento de nova informação na Aplicação Descubra Almada.

Deu-se início aos trabalhos para a criação de um Plano Estratégico de Turismo e continuou-se os trabalhos de elaboração e organização da informação, para inserção nos novos folhetos de informação turística do Concelho.

Relativamente aos mercados, comércio e espaço público, conclui-se a revisão do Plano de Ordenamento a Publicidade, tendo em vista uma melhor ocupação do espaço público.

Realizou-se um levantamento fotográfico de esplanadas em quatro Freguesias do Concelho.

Iniciaram-se os trabalhos preparatórios de elaboração do projeto de regulamento municipal de horários de abertura e encerramento dos estabelecimentos de comércio, restauração e serviços.

Principiaram-se os trabalhos preparatórios tendo em vista a realização da edição do evento “Almada de Portas Abertas 2022” e continuou-se o processo de revisão do Regulamento de Mercados Retalhistas Municipais, e desencadeou-se também, o procedimento com vista à gestão do Mercado do Levante do Feijó.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.3 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Anual de Atividades para 2022 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como estava previsto e está previsto, na própria criação da Provedoria do Animal, e depois na nomeação do Senhor Provedor, no início do ano o Provedor deve apresentar um Plano Anual de Atividades, que vem à apreciação não apenas da Câmara Municipal, mas com aqui à Assembleia Municipal.

O Provedor tem autonomia para propor este Plano de Atividades e é no gozo dessa sua autonomia que ele aqui é apresentado, não é um documento da Câmara Municipal, e isso importa lembrar, e por isso é um documento que é apresentado à parte.

A proposta do Provedor que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais têm à vossa frente e que eu não vou ler extensivamente, tem uma parte muito importante que é da continuidade e consolidação daquilo que é um trabalho que já tem vindo a ser feito. Aliás, com grande sucesso como a consolidação do Corpo de Voluntários da Proteção Animal de Almada, todo o apoio que o Provedor tem dado em intervenções rápidas e em situações de urgência, propõe ainda para 2022 a reorganização e o aumento da robustez e capacidade de resposta do Banco Alimentar Animal Municipal, assim como, toda a organização, formação e acompanhamento da Brigada de intervenção Animal, sendo essa uma questão que para nós todos, penso eu, é importante.

Nós temos a nossa Proteção Civil, tem um imenso número de ocorrências, aliás, como a GNR, um imenso número de ocorrências relativas a animais, seja a questão de animais domésticos, animais silvestres ou selvagens ou marítimos.

O Provedor propõe ainda, iniciar as feiras de adoção e isto cruza também com algo que a Câmara Municipal quer promover e é como disse o Senhor vereador, no sentido de intensificar as campanhas de adoção.

Elaborar em articulação com o Serviço Veterinário Municipal um plano estratégico para as colónias de felinos em Almada, e há pouco também foi falado até ao nível da questão dos cuidadores, importa que isto esteja de facto, relacionado também com este Plano Municipal para as colónias dos felinos.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A organização e implementação do Fórum Municipal do Cidadão para a Proteção dos Animais. Importa lembrar que, a missão do Provedor não se confunde com aquela dos serviços veterinários municipais, porque a missão do Provedor é ser aqui um elo de ligação entre a Câmara Municipal, a sociedade civil e as associações de proteção animal. Portanto, tudo o que o Provedor faz, é neste espaço de articulação, nunca se sobrepondo aquilo que são as funções, as obrigações, a missão do Serviço Veterinário Municipal, mas também permitindo aqui uma maior agilização nesta articulação com as associações.

E propõe ainda, aliás, reuniões a cada dois meses, onde se reúnem todas as entidades municipais com responsabilidade na proteção animal, ou seja, as Forças de Segurança, a Proteção Civil, o ICNF, naturalmente também os nossos serviços municipais, com o intuito de agilizar a tomada de decisão dos problemas do dia a dia dos animais de Almada.

Devo dizer que há uma reflexão, a parte mais visível do apoio animal e também a mais, no bom sentido, a mais mediática, estamos a falar dos animais de companhia. Estamos a falar dos gatos, dos cães, da luta contra o abandono, das campanhas de esterilização, e na necessidade de criarmos resposta para a adoção. Mas a questão animal em Almada é muito mais complexa do que essa, e isso é uma reflexão que tem vindo a ser feita também e que não pode ser descorada, mais uma vez não só porque temos uma grande fauna ainda selvagem, seja marítima, e temos muitos casos, desde as gaivotas que surgem doentes, até golfinhos, eu não vou elencar todos os animais que se cruzam.

Temos questões que são preocupantes no caso de produção agropecuária, nem toda legal, e, portanto, também temos que ver essa questão com alguma sensibilidade, mas também com eficácia nas respostas. Temos naturalmente também espécies em risco e temos que ter também uma estratégia a esse nível.

E, portanto, o que também se pretende para além de fortalecer esta resposta imediata e de urgência porque temos de facto, um problema grande ao nível dos abandonos, das adoções, e dos animais domésticos, não podemos descorar a outra parte. E é também a esse nível, por exemplo, esta última parte destas reuniões mensais que o Provedor aqui está a pedir, é também um pedido que já me fizeram a mim, as Forças de Segurança, a GNR em particular, mas todas as Forças de Segurança têm pedido esta necessidade de articulação.

Quero só dar uma nota, estamos já a prever a criação que vai também para o Centro de Recolha Animal, de um espaço temporário para a recolha de animais selvagens e de animais silvestres e isso é muito importante antes que possam ir ser entregues no Centro de Lisboa, que é o grande centro que centraliza. Tem sido um pedido recorrente das Forças de Segurança porque, muitas vezes o atravessar, sobretudo no verão, o atravessar a ponte demora muito tempo. Portanto, é preciso que Almada tenha aqui um espaço de recolha temporária para esses animais.

Também estamos a trabalhar com o ICNF, isto agora já não é tanto o Provedor, mas aproveito também porque também faz parte de uma estratégia integrada que queremos colocar, no âmbito da Cogestão da Paisagem Protegida, estamos em conversações com o ICNF, para em conjunto criarmos junto da Praia da Rainha, um centro de sensibilização ambiental, nas antigas instalações do ICNF, onde poderá instalar-se a Cogestão da Paisagem Protegida, e ao mesmo tempo ter ali um centro de sensibilização ambiental, que será também muito importante para toda uma série de atividades também ao nível da proteção animal."

6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Pedro Pereira (CHEGA) Margarida Paulos (PAN).

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Pedro Pereira (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Plano de Atividades proposto e apresentado, consideramos que está amplamente correto e que todas as ações são benéficas.

Continuamos a achar que falta uma discussão nomeadamente, sobre o Decreto-Lei 82/2019, artigo 20º, e que tem a ver com a fiscalização dos três polders, dos chips, enquanto essa ação não for feita, não estamos a discutir a génese do problema, mas estamos apenas a reagir. Consideramos que devemos apostar mais na fiscalização, de forma a combater o problema e a evitar que daqui a quinze, vinte anos, continue a existir e estarmos ainda a debater este assunto. Pretendemos que daqui a quinze, vinte anos, todas estas estruturas



que estamos a criar agora, sejam utilizadas para outras funções e que já não haja animais abandonados neste tipo de problema.”

6.3.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como já disse anteriormente, parece-nos que este Plano de Atividades propõe desenvolver importantes temas e projetos, como aliás, já tem sido habitual. No entanto, e porque acompanhamos esta área de perto, percebemos que existe ainda uma lacuna grande na falta de capacidade de resposta aos munícipes por parte do Provedor, e entendemos que existe uma grande afluência de emails e de procura de respostas, e nesse sentido voltamos a insistir que seria importante robustecer este gabinete com apoio administrativo, por exemplo, alocado à Provedoria, deixando também a sugestão que a Provedoria pudesse ter um dia e um horário de atendimento aos munícipes, presencial, para que esta comunicação possa ser melhorada.”

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação da respetiva proposta tendo sido aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da Deputado Municipal do PAN e 1 do Deputado Municipal do CDS-PP; 11 abstenções do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Plano Anual de Atividades para 2022 do Provedor dos Animais do Município de Almada, ao abrigo da alínea e), do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada (Regulamento nº 791/2020, de 19 de agosto de 2020) bem como do disposto na alínea h, nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 3 de janeiro de 2022, que aprovou a proposta Nº 2021-998-GP.

6.3.4 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU).

6.3.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal da CDU absteve na votação do Plano de Atividades do Provedor dos Animais do Concelho de Almada para o ano de 2022, essencialmente por considerar que as propostas contidas no documento submetido à deliberação desta Assembleia Municipal, não corresponderem verdadeiramente aquilo que deve configurar num Plano de Atividades de um Provedor.

A proposta que acabamos de votar traduz um enunciado de intenções, muitas delas com contornos vincadamente operacionais, as quais correndo o risco sério de invadir a esfera de competências próprias dos serviços municipais responsáveis por esta área de intervenção, ultrapassam de forma óbvia e inequívoca, aquele que deve ser um papel de um Provedor, cuja missão é de facilitação, moderação, remediação e aconselhamento juntos dos serviços competentes e responsáveis, e não de implementação de soluções concretas para os problemas eventualmente identificados.

A CDU sublinha que como sucede em geral com a figura de Provedor nas mais diferentes áreas de ação e intervenção, a utilidade de um Provedor dos Animais do Concelho de Almada, se prende com a capacidade de mediação de conflitos que o convívio e coabitação com animais, é suscetível de gerar na comunidade e não com a realização de ações operacionais concretas no âmbito da gestão desse convívio e dessa coabitação, como esta proposta de Plano de Atividades em grande maioria comporta.”

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) anunciou que apresentaria uma declaração de Voto por escrito.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega vota a favor do Plano de Atividades proposto pela Provedoria dos Animais do Município de Almada.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA vem, no que concerne ao Plano de Atividades proposto pela Provedoria dos Animais do Município de Almada, tecer alguns comentários e alertar para pontos pertinentes que entende apresentar.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA considera que o Plano de Atividades então proposto e apresentado, está formalmente bem-apresentado, encerrando em si um conjunto de ideias e de ações tidas como essenciais e benéficas para a verdadeira proteção do Animal.

No entanto, o Plano de Atividades não é claro no que se fará em termos de fiscalização e de acompanhamento de casos/episódios que surjam.

O Grupo Municipal do Partido CHEGA entende exequível prever neste Plano de Atividades a criação de um Grupo de Fiscalização e de acompanhamento de casos/episódios.

É que ao não existir tal Grupo de Fiscalização, a negligência e o abandono crescerá.

A título de reflexão, o Grupo Municipal do Partido CHEGA recorda que muitos dos Animais errantes, que vagueiam pelas estradas/ruas do Município de Almada, não são detentores de Chip e não estão, muitos deles licenciados, como decorre da Lei vigente em território nacional.

Mais se recorda que estes Animais não são detentores de vacinas, o que representam um potencial perigo para a saúde pública.

Desta forma o Grupo Municipal do Partido CHEGA alerta para a necessidade de considerar:

1. A inserção de regras de fiscalização, com a criação de um Grupo de Fiscalização e acompanhamento de casos/episódios;
2. Que haja um debate mais abrangente sobre esta matéria;
3. Que haja uma maior intervenção do Município de Almada nesta temática em que envolve os Animais.”

6.4 – Entrou-se nos pontos 3.4, 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”, “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica”; “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão”; “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal”; “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda”;

6.4.2 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

6.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem o PDM – Plano Diretor Municipal, em vigor, preconiza em termos de objetivos estratégicos de desenvolvimento, o reforço e equilíbrio da rede urbana no Concelho e do seu papel na Região. E a melhoria do ambiental natural, e do ambiente construir e concretiza relativamente à requalificação do espaço urbano, a necessidade de salvaguarda e valorização dos núcleos históricos.

A Câmara Municipal de Almada, no seu Plano de Atividades e Orçamento, fixa como orientação a reabilitação urbana e recuperação de imóveis, e a continuação da realização de obras de requalificação a edifícios privados.

Todas as ARU,s – Áreas de Reabilitação Urbana, aqui em apreço têm permitido assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano, e dos espaços não edificados, e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural.



Assim, nos termos do nº 1, do artigo 20.º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, e pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, cabe à Entidade Gestora das Áreas de Reabilitação Urbana, elaborar anualmente, um relatório de monitorização, o qual deve ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

Os Relatórios aqui em causa, visam dar conta do exercício de gestão de cada uma destas Áreas de Reabilitação, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades, potencializando o sentido primacial deste tipo de operações, que se centra na reabilitação urbana no seu sentido mais vasto.

Nesse sentido, o que apresentamos são de facto, estes Relatórios, aliás, devidamente documentados que eu me vou escusar de estar a apresentar em detalhe, até porque seria demasiado fastidioso, e prolongado.

Por isso, o que vimos, como é habitual, submeter à Assembleia Municipal, é que aprove os resultados dos relatórios, que foram feitos naturalmente, pelos técnicos responsáveis pela Área da Reabilitação Urbana destas Freguesias, Porto Brandão, Sobreda, Cacilhas, Monte de Caparica e Pragal, e assim dar por cumprido aquilo que está estabelecido na Lei e nos nossos próprios Regulamentos Municipais.”

6.4.3 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Amélia Pardal (CDU), Nuno Mendes (CHEGA), Beatriz Leal (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A propósito desta primeira apresentação do Relatório da ORU – Operação de Reabilitação Urbana, gostaríamos de fazer uma intervenção sobre as questões gerais daquilo que está aqui em cima da mesa hoje para apreciar.

Como já referiu a Senhora Presidente da Câmara Municipal, foi o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana que definiu a criação de dois conceitos fundamentais, o da ARU – Área de Reabilitação Urbana e o conceito de Operação de Reabilitação Urbana – ORU.

Gostaríamos naturalmente, de sublinhar o facto, de o Concelho de Almada ter sido pioneiro na construção e implantação deste programa, tendo como sabemos, sido Cacilhas a primeira Área de Reabilitação Urbana, formalmente constituída no país ao abrigo da legislação. Fez precisamente este mês onze anos, que foi constituída por deliberação da Assembleia Municipal, a Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas.

Todas as outras Áreas de Intervenção Almada, Trafaria, Pragal, Monte de Caparica, Cova da Piedade, Porto Brandão e Sobreda foram constituídas até 2017, a Área de Reabilitação Urbana – ARU da Costa da Caparica também pouco tempo depois.

Estes dois conceitos são fundamentais porque definem aquilo que tem sido a intervenção municipal no território no que se refere às questões de reabilitação urbana. Estas Operações de Reabilitação Urbana têm entre outros objetivos como assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, melhorar as condições de habitabilidade e da funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não identificados, garantir a proteção e promover a valorização do património cultural, modernizar as infraestruturas urbanas, promover a sustentabilidade ambiental cultural, social e económica dos espaços urbanos, fomentar a revitalização urbana, assegurar a integração funcional e diversidade económica, social e cultural, no tecido urbano existente e promover a fixação da população jovem.

Temos neste momento, e vamos ter na Assembleia Municipal em presença para apreciação e aprovação, os relatórios das ORU,s – Operação de Reabilitação Urbana de Cacilhas, Monte de Caparica, Porto Brandão, Pragal e Sobreda.

A CDU não pode deixar de sublinhar o significado da importância que a intervenção ao nível destes diferentes Áreas de Reabilitação Urbana, têm representado para o Município de Almada.

Significativa importância que assumem relevo particularmente no que respeita à reabilitação e recuperação do tecido urbano em concreto, mas também ao nível da dinamização de outras áreas da vida municipal, incluindo a dimensão demográfica e a dinamização económica e social.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os resultados alcançados por estas intervenções, são expressos de forma muito clara nos relatórios que os serviços colocam à consideração da Assembleia Municipal. E não podemos deixar de os considerar globalmente muito positivos, ainda que, naturalmente, divergindo de área para área, identificando-se de forma clara o interesse em manter e aprofundar, a intervenção municipal iniciada há mais de uma década em Almada.

O facto de em onze anos ter sido possível assegurar mais de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) de investimento privado nesta área, traduz necessariamente esse inegável interesse em prosseguir a ação de reabilitação. Não descurando, nem desvalorizando as dificuldades objetivas e os problemas avançados nos relatórios, e que são reais e conhecidos, é nosso entender necessário, estabelecer uma estratégia para estes territórios, que contribua para um desenvolvimento sistémico, integrado, que contribua para a sua atratividade e capacidade de mobilizar as pessoas para a importância da reabilitação do edificado, num contexto mais global e envolva-las nesse processo de regeneração, da construção dos seus territórios.

Consideramos que este processo iniciado em 2011, em Almada, se tem mostrado capaz de responder às necessidades de reabilitação do edificado em várias destas ORU,s. Mas colocam-se hoje algumas questões fundamentais, sobre as quais consideramos que seria importante fazermos uma reflexão conjunta a breve prazo. São meras questões que pensamos importantes, sabendo naturalmente que, não é fácil implementar medidas desta natureza, mas seria importante para nós e consideramos que deveríamos fazer uma reflexão conjunta sobre estas matérias.

Como deve ou pode o Município intervir na regeneração destes territórios para que as ORU,s sejam mais do que a reabilitação do edificado? Que estratégia para fixar residentes e atrair e fixar jovens no Concelho e da Área Metropolitana de Lisboa no Concelho de Almada. Criando eventualmente mecanismos de discriminação positiva para os jovens e para residentes no sentido de os manter e/ou atrair para os territórios das ORU,s? Que incentivos aos proprietários que possam levar à diminuição de valores de arrendamento nestes territórios, com capacidade de atração por forma a não empurrar para fora destes os residentes e jovens daqueles territórios?

São questões, algumas das questões sobre as quais seria importante fazermos uma reflexão para também qualificarmos estas Áreas de Reabilitação Urbana.

Consideramos estes processos de uma enorme importância para os territórios e para as pessoas que os habitam e os constroem, e a proximidade, a participação, o envolvimento, a auscultação, a apropriação dos processos, e a simplificação e metodologias e procedimentos, são fundamentais para a continuação do sucesso destas Operações tão importantes para a qualidade de vida das populações.

Finalmente, queremos ainda saudar a deliberação tomada na última reunião de Câmara, na passada segunda-feira de prorrogar o prazo de vigência das Operações de Reabilitação Urbana, da Trafaria e de Almada por mais cinco anos. Sendo desejável que a Câmara Municipal pondere adotar semelhante deliberação relativamente à primeira Área de reabilitação Urbana, criada em Portugal, Cacilhas cuja vigência terminou em 2021.”

6.4.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório apresentado fala-nos da ORU, com o qual o Grupo Municipal do Partido CHEGA se congratula pela importância que as mesmas encerram na sua génese.

É um programa muitíssimo importante, pois este cria espaços, reabilita o património, e cria uma melhor vivência e qualidade de vida nas populações.

É, portanto, um programa que o Grupo Municipal do Partido CHEGA, procurará a todo o custo levar a todos os proprietários e investidores para que haja uma efetiva e real reabilitação urbana. Com o intuito que os fregueses vejam com outros olhos o seu meio, onde muitos deles cresceram e muitos viveram até à presente data. Renasce o espaço, renasce a alma.

Dos dados, numa análise aos seus pontos, algumas dúvidas surgem:



Urge a necessidade de solicitar informações adicionais sobre o processo. Denota-se um trabalho importante no que concerne aos proprietários contactados para reunirem sobre os seus prédios, contudo, a maior parte de proprietários não se demonstrou interessado sequer em ouvir o programa. Há por parte destes um alívio e um desinteresse causado segundo alguns, por causa da inexistência de medidas reais e uma clara política de incentivos fiscais e financeiros que se coadunem com as suas reais necessidades. Denota-se que aqueles que acedem reunir sob a forma de entrevista, apenas uma parte solicita vistorias técnicas, como forma de iniciar o processo de reabilitação urbana.

Perceciona-se assim, que a maior parte dos proprietários, depois de ouvirem exaustivamente as explicações por parte dos técnicos competentes, não se sentem motivados em iniciar o processo.

Há várias elações a retirar sobre o processo e sobre este ponto, as quais deveriam servir para melhorar programas e suscitar o interesse cabal aos proprietários para iniciarem as Operações de Reabilitação Urbana. Verifica-se que o investimento por parte dos proprietários é significativo, o mesmo não se poderá dizer da comparticipação Municipal, direta a fundo perdido. Esta é de facto, muito baixa, estando no máximo nos 9,9%, e um caso mínimo no 1,49%. Compreende-se o esforço, mas é exigido mais, é necessário aumentar.

O Grupo do Partido CHEGA, entende que a comparticipação municipal direta a fundo perdido, deveria ser maior, mas “se”, e só “se”, existissem contrapartidas para a população, que procura habitações para arrendar. Esses proprietários que recebessem referida comparticipação, deveriam ter como obrigatoriedade, destinar frações para arrendamento com rendas condicionadas, assim um erário público e uma população obteriam algum retorno.

O CHEGA entende que estes programas devem ter seguimento, devendo-se alterar em vista dos resultados recolhidos, a metodologia de contacto e explanação do programa. Assim como, tornar esses incentivos mais atrativos para os proprietários. De forma a que os mesmos se sintam motivados a reabilitar e a fomentar o arrendamento. Claro está, que o CHEGA reconhece que a habitação urbana só moverá os proprietários e os investidores após serem criadas áreas de intervenção, principalmente nas áreas com proximidade do mar. Infraestruturas e estruturas de recreio e lazer, assim como estruturas de apoio à população. Só assim se tornará efetivamente atrativo o investimento.

É certo e observando-se o realizado por exemplo, em Lisboa, nas áreas chamadas críticas, como Alfama, Bairro Alto, Madragoa, Carnide, entre e outras, o investimento surge devido unicamente a fortes medidas de investimento na reabilitação dos espaços públicos, de projetos de linha de água e de reabilitação de monumentos, entre outros.

É importante que a reabilitação urbana, ande de pare e pare com a reabilitação das áreas públicas para que os investidores e proprietários se sintam imbuídos no espírito de reabilitar, e tornar vida dos cidadãos conseguindo um lucro que se entende legítimo e próprio de quem investe tempo e dinheiro.

Face ao exposto temos algumas questões.

Estão apresentadas no site da Câmara Municipal de Almada oito Áreas de reabilitação Urbana e no Portal da Habitação, apenas são referidas seis. Questionamos o porquê esta discrepância de informação das duas fontes oficiais.

Qual o motivo de as oito Áreas de Reabilitação Urbana apresentadas no site da Câmara Municipal apenas nos ser fornecido nesta altura o relatório sobre cinco.

Questionamos ainda no entender da divisão de reabilitação e reabilitação urbana, que medidas deveriam ser implementadas para que exista uma verdadeira aproximação dos proprietários e investidores a este programa.”

6.4.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre as Operações de Reabilitação Urbana, o PSD tem algumas notas sobre a sua execução.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em primeiro lugar, constatamos que o sucesso da implementação destes projetos de reabilitação está sobretudo dependente da existência de outros grandes projetos, como o caso do Porto Brandão ou de Cacilhas, isto é natural e também é desejável porque os proprietários sentem que existe dinamismo económico, existe movimento na zona envolvente e sentem-se mais confiantes na hora de investir no seu património. No fundo os proprietários querem estabilidade, querem uma visão de médio a longo prazo, querem sentir que a economia local está do lado deles e não contra eles, e em Almada durante muito tempo, a iniciativa privada fosse ela comercial, fosse ela uma casa, fosse ela um carro, foi quase criminalizada, o esforço do trabalho de milhares de almadenses que juntaram dinheiro para ter as suas casas, como o caso dos meus avós, que construíram uma casa com as suas mãos, era francamente menosprezado.

Aplaudimos os resultados porque agora alguns almadenses têm a oportunidade de ver a sua situação melhorada e com isso gerar riqueza para a nossa terra.

Em segundo lugar, é importante dizer que o sucesso das ações de reabilitação urbana, está também condicionado pelos montantes das participações, que torna pouco apelativo o processo burocrático por muito apoiado e simplificado que este seja.

Quando nós estamos a falar da remodelação de instalações elétricas, ou de mudança de telhados, uma ajuda é sempre naturalmente, bem-vinda, mas quando uma pessoa humilde com uma casa degradada tem de avançar com mil, dois mil ou três mil euros, percebemos rapidamente que a participação é insuficiente. Sabemos que por limitações orçamentais do Município, o executivo não pode desenvolver estes programas de reabilitação da forma mais sólida e mais completa, como naturalmente todos desejaríamos. Mas aqui a responsabilidade do Governo Central é determinante. A escala com que Almada tem que trabalhar, a dimensão dos projetos que temos de desenvolver, a dimensão da nossa população, os problemas sociais que se verificam decorrentes da degradação do parque habitacional, deviam obrigar o Estado a ser mais responsável e participativo na orçamentação destes programas.

Por último, termino abordando um aspeto mais concreto, nomeadamente, o da metodologia utilizada que foi genericamente a mesma para todas as áreas intervencionadas. Pergunto se foram equacionadas outras formas de contacto com os municípios, sobretudo nas áreas onde a Operação de Reabilitação Urbana teve mais dificuldade de implementação, nomeadamente, na Sobreda e no Monte de Caparica?

Já que foi falada no relatório a tendência para manutenção dos fogos por conta própria, e para a autoconstrução, perguntamos se foi equacionado o apoio a esta autoconstrução, quer seja ele técnico, quer seja material, sobretudo no caso da Sobreda onde isto se verifica?

No caso do Monte de Caparica seria interessante combinar a recuperação do património edificado com a atividade incontornável do alojamento a estudantes. Perguntamos por isso, se é possível juntar-se a este processo a regularização do alojamento de estudantes e se foi promovida a reabilitação dos fogos com vista ao arrendamento de estudantes, ou seja, fazer obras em espaços comuns, melhorar cozinhas partilhadas, adicionar casas de banho?

E para terminar, perguntamos que outras metodologias pensa a Câmara Municipal adotar para ultrapassar a resistência dos moradores nos próximos anos?"

6.4.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito obrigada pelas questões colocadas e permitam-me só que comece por responder pelo fim, à Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira do PSD e ao Senhor Deputado Municipal do CHEGA Nuno Mendes.

Eu acho que é importante ter em conta o que é que são estes programas de reabilitação urbana. A política de reabilitação urbana do Município não se esgota nestes programas. Estes programas têm um enquadramento muito próprio, têm um enquadramento legal, que é aquilo que justifica todos os benefícios fiscais inerentes à reabilitação urbana a começar pela redução do IVA, nas isenções de IMI, nas isenções de IMT, e que estão definidos numa Lei geral, numa Lei nacional e que depois são aplicados naturalmente, em áreas que foram estabelecidas e bem, pelo Município que de facto, depois têm um programa operacional.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

A criação destas Áreas de Reabilitação Urbana, e aqui começo já a responder um bocadinho à Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal, a quem eu agradeço as questões, porque eu acho que tocou no ponto certo onde estas questões têm de ser vistas. Todos estes programas de reabilitação foram fundamentais para os centros das cidades, não haja dúvida nenhuma. Foram fundamentais para os centros históricos, foram fundamentais para estimular e criar benefícios fiscais e incitar os proprietários ou outros investidores e aqui há uma nuance com o desenvolver do tempo, a fazerem reabilitação.

Também tiveram nalguns casos, felizmente em Almada ainda não, não de uma forma expressiva, mas tiveram nalguns casos efeitos nefastos, nomeadamente, numa reabilitação quase forçada daquilo que eram os centros históricos e o fenómeno da desertificação de alguns centros da cidade e da gentrificação de alguns, também estão relacionados com muitos destes programas. Devemos condenar o programa? Não, não devemos. Devemos talvez repensar, mantendo o estímulo necessário e podendo introduzir algumas condições para garantir que os centros das nossas cidades não são a certa altura, um objeto de mera especulação? Sim, e isto é um desafio que temos efetivamente de pensar em conjunto para preservar de facto, aquilo que é a vida nos nossos centros de cidade.

Mas também é verdade que, desde a sua concessão, as Áreas de Reabilitação Urbana, têm assumido outras formas, já é conhecido de todos, já o anunciamos várias vezes, a nossa pretensão de aumentar as Áreas de Reabilitação Urbana, não é apenas para os centros históricos, foram criadas e bem, e Cacilhas foi muito bem-criada, como sendo a primeira, e é de facto uma referência, mas, ao termos criado a ARU e a ORU da Costa da Caparica, já com condições ligeiramente diferentes às anteriores, nomeadamente, naquilo que é a participação financeira e depois já poderemos falar sobre isso, já não estamos propriamente no conceito tradicional do centro histórico. Queremos reabilitar o centro histórico, é esta a área e vamos reabilitar. Não! Já estamos num conceito mais alargado daquilo que queremos ver reabilitado. E acho de facto, que é essencial, este sendo um instrumento que devemos ter em conta, que não devemos nem julgar de forma positiva omitindo os lados negativos que ao longo dos anos foi tendo, nem a certa altura, considerando como alguns já começam a considerar, como sendo um problema, nomeadamente, do ponto de vista social. Não! Há que ter a capacidade de fazer esta ponderação. Não me espanta que a Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal, até pela sua experiência profissional, esteja muito dentro daquilo que é uma verdadeira reflexão que tem que ser feita. E isso tem que ser conciliado depois com o resto das políticas municipais, nomeadamente, os Planos de Pormenor existentes, o Plano Diretor Municipal, e até a criação de novos incentivos e também, eventualmente, de penalizações quando não cumpridas algumas das regras.

Há uma coisa que nós sabemos, tanto nós como o Estado, podem criar incentivos, mas são os proprietários e são os investidores que decidem quando investem. Portanto, não é com o facto de andarmos a falar com as pessoas que eles vão investir. Como disse a Senhora Deputada Municipal do PSD e bem, há Áreas de Reabilitação Urbana que têm funcionado muito bem, Cacilhas praticamente está toda cumprida, restam poucos edifícios, e por isso, não a renovámos porque achamos que podemos retomá-la já como uma área aumentada. Por exemplo, a zona do Mercado de Almada não está em ARU. Não está na ARU de Almada Velha e não está na ARU de Cacilhas. E, portanto, está ali no meio, sem qualquer tipo de incentivo para a sua reabilitação. Ora, nós sabemos que aquela área tem que ser reabilitada, urgentemente. Não apenas por nós, e a reabilitação que a Câmara Municipal faz no espaço público não depende de nenhuma ARU, mas sobretudo para os proprietários e para os residentes. E por isso, é que queremos rever aquela Área de Reabilitação Urbana, no sentido de aumentar a sua área e também introduzindo dentro daquilo que podemos, neste quadro, introduzir com algumas regras de salvaguarda. Eu devo dizer, por exemplo, a questão da participação financeira, quando nós temos neste momento uma grande maioria de promotores que não são privados, mas que são fundos imobiliários, peço desculpa, não considero que a Câmara Municipal tenha que dar uma participação financeira a um fundo imobiliário que às vezes até esvaziou os prédios onde estavam as pessoas a viver e depois vai vendê-los ou alugá-los, e ainda tem isenção de IMI e de IMT. Não me parece que seja o adequado. Mas podemos criar esse apoio financeiro mediante condição de recurso, mediante condição de ser para habitação própria, pode haver condições que favorecem e assim sim, a participação municipal tem um efeito ativo naquilo que nós queremos preservar muito para além do



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

património e do edificado. É essa reflexão que está a ser feita, não agora, mas já está a ser feita há vários tempos.

No caso, das duas Áreas de Reabilitação da Trafaria e de Almada, fizemos a renovação, fizemos um pequeno ajuste no sentido de dizer: a comparticipação financeira é no caso onde há habitação, onde vivem pessoas e o edifício está em riscos de ruir, nós sabemos que há um imenso dinamismo na Trafaria, mas também sabemos e felizmente, esse dinamismo tem sido sobretudo em casas onde não mora ninguém. Ora, se não mora ninguém, é legítimo e ainda bem e aplaudimos absolutamente a sua reabilitação e ficamos muito felizes com isso, mas, nós temos de facto, como disse e bem, de poder apoiar e pode ser no âmbito da ARU ou pode ser a outro nível, criar por exemplo, que é algo que o próprio Plano Diretor Municipal - PDM também prevê e a própria Lei também prevê, criar uma espécie de fundo de apoio à habitação, para criar proprietários sem meios, que precisam de fazer obras, termos um fundo onde de facto, damos um apoio a esse nível. Mas é um outro âmbito, não é o âmbito desta Lei geral da ARU, ou talvez possa ser numa alínea, mas é algo que estamos a trabalhar do ponto de vista jurídico como é que o podemos introduzir. Uma coisa é certa, não o podemos introduzir nas Áreas de Reabilitação Urbana que já estão em vigor e que são renovadas. Aliás, as Áreas de Reabilitação Urbana têm um prazo máximo de quinze anos, é o prazo máximo. Mas podemos, ou dentro daquelas que já estão, ou redesenhando zonas e redesenhando regras próprias a cada sítio que queremos ver reabilitado, é uma das grandes vantagens dessa legislação, é que cada ARU e o Programa Operacional que a acompanha, tem características próprias. E, portanto, podemos criar até regras próprias dessa Áreas de Reabilitação Urbana. Os princípios mantêm-se todos válidos, desde a primeira ARU que é, reabilitar o nosso património, reabilitar o edificado, reabilitar o espaço público, mas também, nesta altura, passados quinze anos sobre a legislação, e no caso de Cacilhas, onze anos, foi a primeira, importa também, olhar para aquilo que nós queremos reforçar, como incentivos, mas também como proteção da vida nas nossas cidades. E isso eu acho que é um debate que não podemos continuar a adiar.

Em Almada como eu disse, felizmente, a esmagadora maioria das reabilitações são em edifícios que estão em ruínas ou que estão vazios, portanto, ainda não assistimos e esperamos não assistir à situação das pessoas de facto, do esvaziamento daquilo que eram os moradores nas grandes cidades e como sabem os Municípios têm muito poucos instrumentos para evitar esse esvaziamento, mas temos que estar atentos e tentar dentro daquilo que são as nossas possibilidades fazê-lo. Por outro lado, é evidente que vemos com bons olhos, muitos edifícios que infelizmente ainda estão em estado de ruínas e ao abandono. E por isso, também estamos a reforçar tudo aquilo que é a política, por exemplo, de penalização no IMI por edifícios ao abandono e em ruína. Para isso também temos que fazer a listagem dos edifícios devolutos e em ruína para conseguir usar as armas que a Lei agora já nos permite, penalizando e encerrando de facto, à sua reabilitação. Ou seja, por um lado penalizamos o abandono, por outro lado temos que ter também instrumentos que favorecem a reabilitação e eventualmente até a rentabilização posterior dos imóveis, nós não somos contra que as pessoas reabilitem, vendam, troquem, mas por exemplo, se queremos dar um incentivo ao arrendamento, que é uma das coisas mais complicadas, o dinheiro público, os apoios públicos, também devem servir de instrumento também de alguma regulação, dentro daquilo que são os poderes próprios e naturalmente, não interferir na liberdade individual de um investidor ou de um proprietário.”

6.4.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das respetivas propostas com os seguintes resultados:

6.4.4.1 – O ponto 3.4 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Cacilhas”, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Cacilhas e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2021-788-DRRU.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

9/1

6.4.4.2 – O ponto 3.5 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Monte de Caparica, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples do Monte de Caparica e delibera aprovar os seus resultados, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2021-813-DRRU.

6.4.4.3 – O ponto 3.6 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Porto Brandão”, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão e delibera aprovar os seus resultados, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2021-814-DRRU.

6.4.4.4 – O ponto 3.7 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples do Pragal e delibera aprovar os seus resultados, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2021-816-DRRU.

6.4.4.5 – O ponto 3.8 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda e delibera aprovar os seus resultados, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2021-818-DRRU.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.9 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Pedido de prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para o Município no domínio da Ação Social”.

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

6.5.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como todos sabem estava previsto no Decreto-Lei 50/2018, a transferência de competências é do prazo limite para a transferência de competências no âmbito da ação social.

Houve como todos sabemos e todos conhecem bem, alterações que justificaram que o Governo tomasse aqui uma posição diferente, e a realização das eleições em previsibilidade relativamente à aprovação do novo



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Orçamento do Estado, determinou que o Governo através do Decreto-Lei 23/2022, publicado na passada segunda-feira dia 14, veio autorizar que este prazo pudesse ser prorrogado e portanto, se deslocasse e dilatasse até ao dia 31 de dezembro de 2022.

Houve também um atraso na implementação da Comissão de Acompanhamento, não por razões do Município mas por razões da Organização Geral no âmbito do diploma, que levou a que esta Comissão de Acompanhamento que deveria já estar mais adiantada no seu trabalho, tivesse aqui algum atraso também por força desta ideia já de que não iria ser o dia 1 de abril o prazo limite, e portanto, houve esse atraso e ao dia de hoje o Município não tem ainda clara toda a informação, tem já muita informação, mas não tem ainda clara toda a informação relativa ao que é o retrato atual do Concelho no âmbito da ação social. Reputamos de muito importante esta informação, porque vai nos ser muito precisa e muito útil quando tivermos de fazer cenários futuros relativamente ao que será o modelo, porque a Câmara Municipal terá que optar para apresentar, para intervir neste âmbito, nesta matéria da ação social, todos conhecemos que é um modelo complexo, no qual o Município não tem, enquanto na educação o Município tem já algum caminho feito com algumas escolas, e, portanto, é um alargamento das competências que o Ministério já tem, embora numa escala muito maior, neste domínio da ação social, o Município não tem efetivamente aqui experiência, portanto, precisa de ter todos os dados, de conhecer tudo aquilo que é a intervenção da Segurança Social no terreno com as nossas associações, com quem a associação tem muitos protocolo de intervenção no território. E, portanto, aquilo que nós achamos foi que, sem parar, sem aligeirar, sem alterar calendários do trabalho que temos todo programado, que será necessário que tendo informação em falta e tendo mais este tempo, poderemos programar aqui uma intervenção mais robusta, mais ajustada ao território e por isso, aquilo que aqui propomos a esta Assembleia Municipal para deliberação, é aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara no dia 21 e que é a prorrogação do prazo para a concretização de transferência de competências nesta matéria da ação social, e sobre a condição de aprovação dos planos anteriores um envio à DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, de decisão do Município relativamente a esta matéria. Sabemos que isto é uma matéria muito importante para os almadenses, mas especialmente para os almadenses mais vulneráveis. E, portanto, queremos que de facto, quando esta competência for assumida pelo Município haja uma mais valia para as pessoas que delas são utentes, são os destinatários, e, portanto, achamos que tendo esta possibilidade e não tendo toda a informação, isto é, de facto, uma medida que nos deixa mais tranquilos.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra os Deputados Municipais João Geraldês (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), João Couvaneiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira.

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU concorda com o objeto central desta proposta, pelo que irá vota-la favoravelmente.

Sublinhamos, entretanto, que a questão da transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais, está muito longe de se esgotar neste adiamento, e nesta área concreta de intervenção. Esta decisão não pode desligar-se de uma avaliação no plano do processo da transferência de competências no seu conjunto.

Noutras áreas de atividade, esta transferência já está consumada, restando-nos hoje seriíssimas dúvidas sobre as vantagens reais neste este processo para as populações. E noutras áreas de grande importância e significado para a vida quotidiana de todos nós, como a educação e a saúde, mantem-se a intenção do Governo, de que as competências venham a ser transferidas a 1 de abril próximo.

Este novo adiamento na área da ação social, novo, porque relembramos que a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, previa expressamente, que todas as transferências de competências, em todas as áreas previstas na referida Lei, seriam operadas até dia 1 de janeiro de 2021, e estamos em final de fevereiro de 2022, a decidir mais um adiamento, mas dizíamos este novo adiamento traduz de forma clara e evidente, a precipitação e atabalhoamento, com que este processo foi desenvolvido pelo Governo desde a primeira hora, precipitação que a CDU vem denunciando igualmente desde o primeiro momento.



Este processo foi mal desenhado, foi pior construído e está a ser ainda pior concretizado.

Este processo ignora, que a descentralização administrativa é bem mais complexa e bem mais completa do que uma simples transferência de competências. Uma real descentralização administrativa, exige a regionalização, sem a qual nunca haverá uma delimitação coerente de competências entre os diferentes níveis da Administração Pública. Exige a reposição das Freguesias, com tudo o que essa reposição significa em matéria de proximidade e participação democrática. Exige ainda a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira do Poder Local Democrático consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Todas estas são realidades que o processo de transferência de competências em execução não considera e menos ainda integra.

Respondendo mais à necessidade de satisfazer interesses político partidários, de quem de forma apressada e pouco rigorosa, aprovou na Assembleia da República os instrumentos jurídicos que suportam o processo em curso, o PS e o PSD, do que a responder de forma positiva às necessidades, anseios e direitos das populações e dos cidadãos a uma Administração Pública mais eficaz e mais eficiente, esta transferência de competências tal como foi concebida, estruturada e aplicada, cedo se rodeou de todas as condições para correr mal, e assim está a acontecer.

Diz a proposta que vamos votar dentro de momentos, que a possibilidade de adiamento da transferência de competências no domínio da ação social, “permitirá ao Município da implementação de um processo com outra robustez, com possibilidade de se repensar o modelo de apoio social que melhor se adequa às necessidades do território, um processo mais participativo com as entidades do território e um processo mais reflexivo internamente, contribuindo para que em 2023, o Município possa estar mais bem preparado para assumir estas competências junto dos municípios”.

Queremos acreditar, sinceramente, nas intenções expressas pela Câmara Municipal, neste pequeno excerto da proposta. Mas não podemos deixar de sublinhar o nosso ceticismo relativamente a essa matéria, por quanto até ao momento, excluindo a discussão havida em diversas oportunidades a propósito da recusa ou não recusa da transferência de competências ocorridas nesta Assembleia Municipal, nunca os eleitos municipais foram chamados a intervir relativamente a essa outra robustez, menos ainda na formação do pensamento sobre o modelo de apoio social que melhor se adequa às necessidades do território, um processo mais participativo com as entidades do território e um processo mais reflexivo internamente, lembrando aqui que esta Assembleia Municipal, é precisamente para além de um Órgão do Município, uma das entidades do território municipal.

Diz igualmente a proposta que vamos votar, que considerando que “face às alterações que, entretanto, se verificaram, nomeadamente a realização de eleições e conseqüente imprevisibilidade na data de aprovação de um novo orçamento, bem como à continuidade da situação de pandemia, o Governo emitiu um comunicado a autorizar a prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências no domínio da ação social, até final do ano de 2022”. (Comunicado do Conselho de Ministros de 03/02/2022).

Ressalvando o pouco rigor da parte final desta afirmação, o Governo fez publicar na segunda-feira dia 14 de fevereiro, o Decreto-Lei nº 23/2022, esta realidade não pode deixar de suscitar uma questão de grande importância relativamente a outras áreas de competências, que se prevê transferir para os Municípios a partir de dia 1 de abril de 2022.

Falamos das áreas da educação e da saúde, sobre as quais o Governo não se pronunciou, no mesmo sentido da área da ação social, mantendo por isso, a data para a consumação daquelas transferências. Provavelmente a realização de eleições antecipadas em ponderabilidade da aprovação de um novo Orçamento de Estado para 2022, e a pandemia de COVID 19, não afetam da mesma forma as questões relacionadas com a saúde e com a educação dos portugueses. Mas esse não é um problema da Câmara Municipal de Almada, nem das Câmaras Municipais. O que poderá ser um problema da Câmara Municipal de Almada, e por isso aqui deixamos algumas interrogações, são as condições objetivas em que estas transferências de competências nas áreas da educação e da saúde, irão verificar-se no nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente a estas áreas, é necessário por isso, que todos sejamos esclarecidos de forma tão exaustiva e completa quanto possível, sobre as questões que deixamos em forma de interrogação à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Primeiro, sabe a Senhora Presidente da Câmara Municipal, qual será o número exato de trabalhadores a transferir, quais as suas categorias profissionais e os respetivos salários?

Sabe a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, se as listas destes trabalhadores foram já publicadas em Diário da República?

Conhece a Senhora Presidente da Câmara Municipal o montante global das verbas a transferir pela Administração Central e de que forma e quando serão essas verbas transferidas para a Câmara Municipal de Almada?

Conhece a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a situação concreta em termos de manutenção e conservação do parque escolar e do parque de instalações de saúde, a transferir para o Município e quais as formas de financiamento para a sua manutenção futura?

Tem a Senhora Presidente da Câmara Municipal uma ideia já definida sobre a data em que prevê submeter a esta Assembleia Municipal a necessária revisão ao orçamento municipal, considerando a inclusão das verbas transferidas da Administração Central?

Sabe a Senhora Presidente da Câmara Municipal informar se as Organizações Representativas dos Trabalhadores, já foram ouvidas sobre este processo conforme determina a Lei?

Pode a Senhora Presidente da Câmara Municipal assegurar a esta Assembleia Municipal que os Ministérios da Saúde e da Educação estão naquilo que lhes compete a cumprir rigorosamente aquilo que a Lei estabelece?

Finalmente perguntamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se pode partilhar connosco as principais preocupações do seu executivo municipal, relativamente a estas matérias, considerando que nos encontramos a pouco mais de um mês da concretização destas competências? E se for verdade aquilo que ouvimos aqui nesta Assembleia Municipal, de que o processo ainda não se iniciou, então a nossa preocupação adensa-se fortemente.”

6.5.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez vamos voltar a esta questão da transferência das competências para os Municípios.

Sempre foi desde há muito tempo, uma matéria que efetivamente nos separa a nós Partido Socialista do maior Partido da Oposição, a CDU, e que durante muito anos, geriu os destinos desta terra. Isto é um debate que vem já desde o início da legislatura anterior. Quando saíram os primeiros diplomas referentes à transferência destas competências para os municípios.

O Município de Almada, tem sido possivelmente, e independentemente de ser ou não ser um Município cujo o executivo é do mesmo partido do Governo, e com muito orgulho naquilo que me diz respeito, tem sido coerente naquilo que é a aceitação ou não destas competências. E há uma coisa que aqui ontem foi dita pela Senhora Presidente da Câmara, e que tem sido dita sempre que este assunto vem a reuniões da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal de Almada, está disponível para aceitar as competências que o Governo tem para serem transferidas para os Municípios, se estiverem asseguradas todas as condições para que essas competências sejam efetivadas. E há efetivamente um caminho a ir percorrendo. E por isso é que algumas competências já foram aceites, e outras porque o caminho se está a fazer e o trabalho está a ser feito já há bastante tempo, não é de hoje, já há bastante tempo, em todas as áreas que ainda não foram aceites pelo Município, esse trabalho tem sido feito, pelo Município em articulação com o Estado Central, com as correspondentes áreas governativas para que, quando as competências forem aceites pela Câmara Municipal, a Câmara Municipal possa efetivamente aceita-las e possa executa-las sem qualquer hesitação, e que possa executa-las ao ponto e já que puxou o assunto e já que aqui ontem foi falado, já que todo o caminho foi feito, para quando estiverem aceites as competências na área da educação, que a Câmara Municipal tenha as



condições imediatas para poder contratar os trabalhadores necessários para o pleno funcionamento de todas as escolas do nosso Concelho. E o Senhor Deputado Municipal também aqui referiu que de facto, houve uma pandemia, pois houve. De facto, houve eleições antecipadas, pois houve. De facto, houve um Orçamento do Estado chumbado, pois houve. E se o Senhor Deputado Municipal acha que isso não tem qualquer interferência em todo este processo, eu não sei se estamos os dois a assistir ao mesmo país e ao que se passa neste país. Acho que devemos estar a morar em países diferentes.

Se o Senhor Deputado Municipal não acha as matérias que aqui foram referidas, que é a matéria da saúde, que é a matéria da educação, se o Senhor Deputado Municipal não acha que estas duas áreas específicas tiveram uma enorme transformação por causa da pandemia, que tiveram de se adaptar de um dia para o outro a todo a todo este novo sistema, aos tempos que se vivem, à adaptação da escola, à telescola, ao trabalho à distância, tudo isto, e acha que isto não é motivo justificável para que entretanto tivesse abrandado um pouco esse trabalho de transferência e esse trabalho prévio que é necessário?

Agora, aquilo que está a ser feito por parte do Município, continua a ser feito, o levantamento das escolas, o levantamento das necessidades, isso já foi feito há muito tempo, só que como todas as organizações, como todas as entidades, também a sua estrutura, não é uma estrutura estanque, as pessoas reformam-se, são contratadas novas pessoas, portanto, nada disto é uma fotografia estanque.

O que é importante e é o que está a acontecer, é que esta Câmara Municipal, tem acompanhado de perto e de forma meticulosa, tudo aquilo que dentro em breve serão todas as suas competências nestas e em todas as áreas, que já foram transferidas também para os Municípios.

Mas há aqui também uma coisa que fica bem clara, a CDU sempre foi contra a transferência de competências para os Municípios e quanto a isso nós não temos nada a fazer. Não há nada a fazer em relação a isso. O Partido Socialista sempre foi a favor da descentralização de competências e da transferência de competências para os Municípios, e quanto a isso também não iremos mudar. E, portanto, obviamente que esta matéria virá mais vezes a esta Assembleia Municipal, a CDU irá manter a sua posição, e o Partido Socialista também irá manter com muito orgulho, convicção e determinação, a sua posição em relação a esta matéria.”

6.5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A exemplo da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira ontem à noite, eu agora também fiquei baralhado. Porque eu comecei a intervenção em nome da CDU afirmando que ia votar favoravelmente esta proposta. Não consigo entender onde é que foi encontrado qualquer motivo para a intervenção que acabou de ser feita pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço. Mas já que a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço está tão bem informada, sobre aquilo que a Câmara Municipal sabe, tem um bom caminho, responda às perguntas que eu aqui deixei em nome da CDU, porque eu limitei-me a fazer a perguntas. E isso é legítimo fazer perguntas. Portanto, se a Senhora Deputada Municipal está tão bem informada, responda às perguntas que nós aqui deixamos. É tão simples quanto isto.”

6.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal como ontem, já agora para dizer que não furtamos a responsabilidades, e como já foi referido nesta Assembleia Municipal, noutras ocasiões, e respondendo ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês, foi efetivamente feito pela Câmara Municipal de Almada, um estudo exaustivo, que serviu de exemplo a todos os Municípios da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, como boa prática, no qual se fez o levantamento de todos os funcionários, rácios, contrastando com aquilo que eram as indicações do Ministério, verificando junto das escolas se aquilo que o Ministério dizia correspondia aquilo que efetivamente estava nas escolas, fazendo a análise exaustiva daquilo que são as condições do Parque Escolar e do seu funcionamento, todos os contratos que existiam, todos os equipamentos que estão nas escolas, e tudo isto foi para além de partilhado com os restantes Municípios da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal, num outro tempo em que até havia uma maior expressão da CDU, e, portanto, imagino que pudesse ter tido



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

conhecimento disso. E dar-lhe nota também, que isso também foi partilhado com a tutela. Já agora, este relatório que é um relatório exaustivo, serve de boa fundamentação para todas as decisões que têm que ser tomadas a seguir. E dizer ainda, que todas as questões relativas à aceitação das competências estão a ser exercidas por esta Autarquia, com a responsabilidade e a seriedade de querer fazer uma coisa que creio que enquanto eleito deve desejar, eleito o Poder Local, que é aproximar o poder das pessoas, para encontrar melhores respostas.”

6.5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para lamentar o facto daquilo que foi agora dito pelo Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, de a Câmara Municipal ter um relatório tão exaustivo, tão exaustivo, tão completo, que seja do conhecimento de tanta gente, mas não tenha sido partilhado com esta Assembleia Municipal. É uma pena.”

6.5.2.6 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero dizer ao Senhor Deputado Municipal João Galdes o seguinte: duas questões, uma mais de pormenor.

O Decreto-Lei que eu referi na minha intervenção, não estava publicado quando enviamos a proposta para agendamento. O Senhor Deputado Municipal afirmou que era falta de rigor o que estava escrito na proposta, que dizia que era uma comunicação do Conselho de Ministros, era na altura a única coisa que existia para suporte, mas como teríamos que trazer à reunião, entretanto o Decreto Lei é publicado, já na reunião de Câmara eu aludi e hoje aqui voltei a aludi-lo. Não há aqui nenhuma falta de rigor, é uma questão de timing do legislador, não é nosso. Não temos culpa.

A segunda questão tem a ver com uma questão de fundo. Senhor Deputado Municipal, nós estamos, nós executivo estamos de boa fé neste processo, e estamos de boa fé cientes de que a proximidade é uma mais valia para os municípios. Estamos convencidos disto, podemos estar completamente errados. Mas estamos convencidos disto, é este o nosso convencimento, e que advirão responsabilidades para o Município, mas também e principalmente muitas mais valias para quem vai ser o destinatário e o utente destas competências.

Portanto, se estamos convencidos disto, também estamos atentos, e pode crer que tal e qual como a Senhora Presidente da Câmara sempre tem dito, não aceitaremos nada que não tenhamos certo e claro, que temos condições para cumprir. Isto eu posso lhe dar a garantia.

Portanto, vamos deixar decorrer o processo, e estaremos sempre aqui para, falando uns com os outros, termos tempo de ver, porque há coisas que o Senhor Deputado Municipal na sua intervenção aludiu, que sim senhor, nós já podemos responder, porque nós não estamos sentados na cadeira à espera que nos caia a transferência no colo, como é evidente. Temos feito muito trabalho, muito trabalho, Senhor Deputado Municipal. A competência não se concretizou, concretiza-se no dia 1 de abril. Portanto, é assim e é o rigor. E já que apela tanto ao rigor, seja também rigoroso nas afirmações que faz.”

6.5.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, eu acho que a hora já vai muito avançada e já me falta energia para aqueles nossos despiques que eu até aprecio, confesso.

Mas, teria muito a dizer sobre a falta de rigor, sobre as suas capacidades interpretativas, sobre a legislação que lhe convém citar mesmo quando não a conhece, sobre inventar problemas onde eles não existem, tudo isso, demonstrar uma enorme diferença de atitude, nesta matéria e também como noutras.

Nós nunca, nunca, dissemos que isto seria um processo fácil, não é! A grande diferença entre nós, é que enquanto os Municípios do Partido Socialista, mas também do PSD e outros Municípios, ao contrário dos Municípios da CDU, que estranhamente agora dizem que são a favor da transferência de competências, quer



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

14

dizer, não gosto de ti, não gosto do que tu vestes, não gosto do que tu dizes, estou sempre contra ti, mas afinal gosto de ti. É um processo muito estranho. Eu venho do cinema, e teria que fazer um filme muito longo para perceber uma coisa dessas. Afinal a CDU é a favor, votou sempre contra tudo. No Parlamento, nas Câmaras Municipais, em todo o lado. Mas afinal é a favor, muito bem. Em francês diz-se: “je t’aime, moi non plus”.

A nossa perspetiva é, nós somos a favor. Acreditamos na proximidade e não desviamos o olhar às dificuldades, é um processo difícil? É. Há muitos Municípios que, entretanto, já acolheram nomeadamente na educação uma série de competências? Sim. Fomos falar com eles. O resultado é positivo? É. Tem encargos para o Município? Tem. O primeiro embate, estamos todos nervosos com o primeiro embate? Claro que sim, vamos acolher novecentos trabalhadores no total. Claro que sim, claro que isto é um embate grande. Os nossos serviços, os nossos Recursos Humanos, os Serviços da Educação, eu relembro que a última alteração da Orgânica, já foi para criar justamente na educação as divisões necessárias. Nós já organizamos a Orgânica para acolher essa questão. Ainda esta manhã, tive uma reunião da qual sai muito contente. Porque uma das questões é: o principal desafio chama-se trabalhadores. Agora com rigor, é como sabe, vai ser publicada pelo Governo, ou já estão a ser ou é na totalidade, publicado pelo Governo, a listagem dominativa dos trabalhadores. Só a partir desse momento e agora, na realidade, nós por exemplo, só podemos aplicar o artigo 60º em princípio, a partir de dia 1 de abril. Uma das questões que nós vamos querer e estamos nesta troca permanente com o Governo em gestão, graças também aos senhores como sabemos, já agora, lembrar que estamos a fazer uma transferência de competências porque há um Governo que está em gestão porque alguém chumbou um Orçamento. É só um pequeno detalhe. Uma das questões que nós estamos a interrogar é se podemos acionar o artigo 60º, não a partir de dia 1 de abril, como isso seria, mas por exemplo, a partir da publicação. Não é líquido. Eu sei que isto já é um pouco mais rebuscado e percebo que os senhores não conheçam estes detalhes. Mas, isto é uma questão prática. Porque é que eu fiquei mais descansada? É por perceber que não só os nossos serviços da educação já reformulados, já com mais divisão, já com recursos humanos, provavelmente não vão ser suficientes, mas estão absolutamente mobilizados e preparados, para poder acolher. Os Recursos Humanos estão mobilizados para poder de imediato acolher todos os trabalhadores e aí o que nos dizem os nossos parceiros, os outros Municípios, que já receberam, que já têm a experiência disso, dizem: a apreensão é grande, mas acaba por ser bastante pacífica, porque no fundo é apenas uma questão de gestão, mas fiquei contente pela forma como os nossos serviços já estão a trabalhar no projeto futuro, para a estratégia municipal de educação, que queremos para Almada. Porque agora sim, agora sim, Almada que passa a vida a reclamar-se como cidade educadora, agora sim, Almada vai ter os instrumentos necessários para fazer de facto a diferença naquilo que é a sua proposta de educação enquanto Município e sobretudo para combater mais eficazmente ainda, aquilo que é o insucesso e o abandono escolar. Isto é que são as nossas prioridades. O resto, é uma questão de organização e naturalmente, se nós conseguirmos superar como conseguimos superar uma pandemia, garanto que não é esta transferência, nem outras transferências de competências que nos assustam.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da respetiva proposta tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o pedido de prorrogação de prazo para a concretização de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social até 31 de dezembro de 2022, delibera a sua aprovação, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-77-DIIS.

7. Tendo sido concluída a Ordem de Trabalhos da reunião, sendo cerca das 00H00, deu-se por concluída a Segunda Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de fevereiro, pelas 21H15.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, da Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos Vereadores Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, António Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de dezassete munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____